



# Texto para discussão

265

**Interações entre componentes  
regionais do  
Sistema Bancário Nacional**

**Fernando Nogueira da Costa**

Março 2016

Instituto de Economia  
UNICAMP



# Interações entre componentes regionais do Sistema Bancário Nacional

Fernando Nogueira da Costa <sup>1</sup>

## Resumo

Neste Texto para Discussão, depois de um breve levantamento das principais hipóteses dos autores pós-keynesianos que estudaram as perspectivas da concentração bancária regional no Brasil antes de 2003, lanço minha hipótese de análise. Em vez de pressupor que “as finanças vêm influenciando a organização do espaço geográfico brasileiro”, minha hipótese é que há retroalimentação: “a organização do espaço geoeconômico brasileiro influencia o crédito”. Analiso a concentração regional por sedes e redes de agências dos bancos. Depois, apresento os principais traços do *modus operandi* dos bancos dominantes. A reação resultante desse processo de realimentação por intermédio do qual uma ação é controlada pelo conhecimento do efeito de suas respostas caracteriza a tendência histórica de concentração bancária regional por captação de riqueza financeira e destino do crédito dirigido pela demanda no caso de bancos privados e por política pública no caso de bancos públicos.

**Palavras-chave:** Bancos; Atividade Regional; Crescimento, Desenvolvimento e Mudanças.

## Abstract

### *Interactions between Regional Component of the National Banking System*

In this Discussion Paper, after a brief survey of the main assumptions of the post-Keynesian authors who have studied the prospects of regional banking concentration in Brazil before 2003, I raise my hypothesis analysis. Instead of assuming that "finances have influenced the organization of the Brazilian geographical space," my hypothesis is that "the organization of the Brazilian geo-economic space influences the credit." There is feedback. I analyze the regional concentration of head offices and branch networks of banks. Then I present the main features of the *modus operandi* of the dominant banks. The resulting reaction of this feedback process through which an action is controlled by the knowledge of the effect of their responses characterizes the historical trend of regional bank concentration by capturing financial wealth and demand driven credit destination in the case of private banks and policy public in the case of public banks.

**Keywords:** Banks; Regional Economic Activity; Growth, Development, and Changes.

**Classificação JEL / JEL Classification:** G21, R11.

---

( 1 ) Professor-Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com> / <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>.  
E-mail: [fercos@eco.unicamp.br](mailto:fercos@eco.unicamp.br).

## 1 Introdução

Hipóteses, em ciências, são feitas para serem falseadas. O *falsificacionismo*, segundo Blaug (1993, p. 340), é “o ponto de vista metodológico que considera teorias e hipóteses científicas se e somente se suas previsões, pelo menos em princípio, são empiricamente falsificáveis. O ‘*falsificacionismo ingênuo*’ afirma que as teorias podem ser refutadas por meio de um simples teste, enquanto o ‘*falsificacionismo sofisticado*’ afirma que é necessário uma grande quantidade de testes para que se possa refutar uma teoria”.

Sujeitas a testes com novos dados do Banco Central do Brasil sobre operações de crédito as hipóteses de autores pós-keynesianos a respeito do futuro da concentração regional do crédito no Brasil são falseadas. Eles publicaram uma série de trabalhos de pesquisa, em meados da década passada, contemplando as mudanças locais das sedes dos bancos para o estado de São Paulo ocorridas pré-2003. Em geral, previram que o processo de concentração se agravaria, porém, não é esta configuração que passou a ocorrer pós-2003.

O *modelo hipotético-dedutivo* é a visão segundo a qual todas as explicações científicas assumem a forma de dedução de um enunciado sobre um evento a partir de pelo menos uma lei universal combinada com um conjunto de condições iniciais ou limítrofes. Em economia dinâmica, as “condições iniciais” não se mantêm, indicando uma trajetória não linear ou caótica. Mas pós-keynesianos fundamentalistas demonstram adotar uma crença dogmática de que a preferência pela liquidez de bancos é uma lei universal, portanto, atemporal e onipresente.

Os mais sectários me excluíram do debate quando alertei (Costa, 1993) que preferência pela liquidez é apenas uma escolha individual ou microeconômica, mas não constitui um fenômeno emergente macroeconômico. Quando os agentes econômicos interagem via um sistema bancário, os bancos cuidam de manter a contínua circulação monetária eletrônica. Desconsiderando o recolhimento compulsório na Autoridade Monetária, moeda-bancária não “dorme” ociosa sem receber juros, seja em carteira de empréstimos, seja em carteira de títulos.

Nesse caso de extrapolação da preferência pela liquidez para todo o sistema bancário nacional os pós-keynesianos pecaram pelo “individualismo metodológico”. É a visão de que as teorias sociais devem ser baseadas nas

atitudes e comportamentos dos indivíduos, opondo-se ao “holismo metodológico”, que acha que as teorias sociais devem ser baseadas no comportamento de grupos irredutíveis de indivíduos.

A meta da Economia da Complexidade é descrever o mínimo necessário, mensurando a essência de um fenômeno macrosocial, de modo que a modelagem em certas escalas possa ocorrer. Pesquisa as propriedades emergentes das redes de relacionamento entre classes de comportamentos com a auto-organização sem autoridade (ou planejamento) central. Por exemplo, o fenômeno de abrangência geográfica de todo o território nacional pelo sistema bancário permitiu a emergência de um fenômeno macroeconômico inesperado pelos pós-keynesianos.

“*Indução* é o processo de inferir leis gerais a partir de eventos específicos ou observações individuais, sendo frequentemente confundido com ‘*adução*’. O ‘problema da indução’ justifica esse processo de inferência com bases puramente lógicas” (Blaug, 1993, p. 340). Estas lógicas de ação podem ser contrapostas por outras instituições, no caso, financeiras.

O problema de adoção do método de fazer inferências que se baseia, exclusivamente, na lógica dedutiva em que premissas supostas verdadeiras sempre são seguidas de conclusões verdadeiras, na situação em análise, é a falsidade da premissa de preferência pela liquidez dos bancos! Premissas não verdadeiras não levam a conclusões verdadeiras. *Nada nasce do nada...*

Neste Texto para Discussão, depois de um breve levantamento das principais hipóteses dos autores pós-keynesianos que estudaram as perspectivas da concentração bancária regional no Brasil antes de 2003, lanço minha hipótese de análise. Em vez de pressupor que “as finanças vêm influenciando a organização do espaço geográfico brasileiro”, minha hipótese é que há interação e/ou retroalimentação: “a organização do espaço geoeconômico brasileiro influencia o crédito”. Em seguida, analiso a concentração regional por sedes e redes de agências dos bancos. Depois, apresento os principais traços do *modus operandi* dos bancos dominantes. A reação resultante desse processo de realimentação por intermédio do qual uma ação é controlada pelo conhecimento do efeito de suas respostas caracteriza a tendência histórica de concentração bancária regional por captação de riqueza financeira, mas o destino do crédito é dirigido tanto pela demanda quanto por política pública.

Quando eu era classificado como “pós-keynesiano horizontalista”, há 20 anos, eu já constatava isso: “a oferta de crédito é efetivada pela demanda”.

Porém, a Ciência da Complexidade permite-me, hoje, visualizar mais claramente o fenômeno macroscópico emergente de interações microscópicas.

Apresentarei fatos e dados em defesa da tese de que “a organização do espaço geoeconômico brasileiro influencia hoje o crédito, mais do que o contrário”. A desigualdade regional da riqueza determina a escolha das sedes dos bancos particulares. A busca de correção dessa desigualdade por meio de políticas públicas, em conjunto com a demanda efetiva por crédito, influencia o direcionamento do crédito dos bancos públicos federais e dos bancos de desenvolvimento regional. Em síntese, nesse Sistema Complexo, há dependência de trajetória com retroalimentação que políticas públicas tentam regular, mas não conseguem a determinar de maneira irreversível.

## **2 Hipóteses pós-keynesianas sobre concentração bancária regional**

A escrita de textos científicos, praticamente, obriga uma consideração dos textos antecessores sobre o tema a ser tratado, em especial, uma referência teórica para fundamentar a análise dos dados. Evita o *descricionismo* que considera as explanações científicas como descrições condensadas que contribuem para previsões perfeitas. Este é uma forma degenerada de *convencionalismo* e *instrumentalismo*. O primeiro é o ponto de vista metodológico que considera que todas as teorias e hipóteses científicas são meras descrições condensadas de eventos, não sendo verdadeiras nem falsas em si próprias, porém simples convenções para se guardar informação empírica. O instrumentalismo é o ponto de vista metodológico que considera todas as teorias científicas e hipóteses como sendo nada mais que instrumentos para previsões.

Por que, com queremos demonstrar mais adiante, as previsões pós-keynesianas falharam? À primeira vista, porque os enunciados definidos ou as proposições sobre o mundo real não eram verdadeiros. O conceito-chave para os pós-keynesianos fundamentalistas – preferência pela liquidez – não é uma proposição verdadeira por definição em seus próprios termos, isto é, porque “assim falou Keynes”...

Anderson Cavalcante, Marco Crocco e Frederico Gonzaga Jayme Júnior, em *Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional* (Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2004), têm “o objetivo de analisar o impacto de alguns condicionantes territoriais no volume total de crédito de uma região. Tais condicionantes, derivados das condições

econômicas da região, são captados através da preferência pela liquidez do público e dos bancos. De acordo com o enfoque Pós Keynesiano, regiões menos desenvolvidas possuiriam uma maior preferência pela liquidez, em virtude da maior incerteza econômica desta região. Como consequência, tanto a demanda por crédito quanto a oferta do mesmo seria menor em regiões menos desenvolvidas. Para analisar esta hipótese calculou-se a preferência da liquidez do público e dos bancos para todos os estados brasileiros. Resultados encontrados, na análise descritiva e na análise econométrica, indicaram a validade das hipóteses, principalmente em relação à preferência pela liquidez dos bancos. Os resultados também mostram os limites do marco teórico para a análise do sistema bancário brasileiro, que se caracteriza por possuir estratégias de lucratividade não baseadas na concessão de crédito”.

O trabalho deles analisou, empiricamente, algumas hipóteses do pensamento pós keynesiano acerca da distribuição do crédito regionalmente. Baseado no entendimento de que as condições econômicas de uma região geram distintos graus de incerteza, esta linha de pensamento argumenta que em função desta, tanto a demanda quanto a oferta de crédito em regiões menos desenvolvidas seriam menores do que aquelas observadas em regiões desenvolvidas. A justificativa para este fato, destacam eles, “encontra-se na elevada preferência pela liquidez, tanto do público em geral, o que ocasionaria uma menor demanda por crédito, quanto dos bancos, ocasionando uma redução na oferta do mesmo”.

Eles acham que os dados obtidos confirmam essa hipótese. “A preferência da liquidez do público e dos bancos aqui estimados através da análise das contas dos balancetes das agências bancárias, de fato se mostraram maiores justamente para aqueles estados brasileiros que menos contribuem para o PIB do país. Isto ocorreu tanto para o início do período analisado (1988) quanto para o final do mesmo (1999)”.

O modelo teórico estimado nesse trabalho analisa a relação entre a Preferência pela Liquidez dos Bancos e do Público, além dos depósitos de longo prazo, como influenciadores do crédito regional. A hipótese testada é a de que essas variáveis têm impacto na oferta regional de crédito, merecendo destaque o fato de que, nas regiões menos desenvolvidas, a elasticidade da Preferência pela Liquidez dos Bancos deve ser maior do que nas regiões mais desenvolvidas, de tal sorte que as operações de crédito sejam influenciadas por este indicador.

O modelo é bastante simples e admite que as operações de crédito (CRED) sejam função da Preferência pela Liquidez dos Bancos (PLB), Preferência pela Liquidez do Público (PLP), Depósitos de Longo Prazo (DEPprazo) e Depósitos à Vista (DEPvista). Os dados foram obtidos em nível estadual, sendo estimados modelos para estados menos desenvolvidos (AM, AC, AL, AP, BA, CE, GO, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, SE) e para os estados mais desenvolvidos (DF, ES, MG, PR, RJ, RS, SC, SP).

Os resultados das estimativas, afirmam, corroboram “a hipótese de que regiões com maiores preferências pela liquidez tendem a apresentar um volume de crédito menor comparado com as regiões mais desenvolvidas”.

Concluem que “as regressões apresentaram, como sugerido pela teoria, um coeficiente negativo em relação à PLB e à PLP. É esperado que em um sistema de bancos, onde as operações de crédito sejam a principal fonte de lucratividade, que a PLP e a PLB se relacionassem inversamente ao volume de crédito. Mesmo este não sendo o caso brasileiro, com bancos que se comportam num ambiente de política monetária restritiva e concentram sua força em aplicações no mercado aberto, ainda se pode ver que os índices de preferência respondem corretamente ao nível desenvolvimento dos estados e o volume de crédito que é gerado neles”.

O que é PLP e PLB? Dentre as contas disponíveis no Sisbacen, esses pesquisadores utilizam “operações de crédito”, que reflete a parte do ativo dos bancos que possui uma menor liquidez, incluindo contas de financiamento e repasses governamentais para investimento. As contas “depósitos à vista”, “depósitos de poupança” e “depósitos a prazo” pertencem ao passivo do balanço dos bancos e proporcionam a percepção do comportamento do público em geral, tendo os bancos como intermediários. A partir dessas informações, foram construídos dois índices que pudessem refletir a preferência pela liquidez dos bancos (PLB) e preferência pela liquidez do público (PLP). Tais índices permitem analisar a intenção dos agentes em manter seus ativos mais (ou menos) líquidos.

O índice de preferência pela liquidez do público reúne a proporção entre depósitos à vista e depósitos totais. O público toma suas decisões de alocação de ativos entre as contas do passivo [apresentadas acima], considerando o grau de incerteza e o volume de informações disponíveis na região. A escolha é entre ficar com ativos de maior liquidez, em caso de maior grau de incerteza em relação ao futuro, ou de menor liquidez, caso o cenário se mostre mais confiável (Cavalcante; Crocco; Jayme Jr., 2004, p. 13).

Tentaram auferir esse comportamento através do índice  $PLP = (\text{depósito a vista}) / (\text{depósitos totais})$ . A ideia principal foi analisar, através de um índice de preferência pela liquidez dos bancos (PLB), como o sistema bancário aloca seus recursos entre ativos de maior ou menor liquidez, levando em conta o grau de desenvolvimento da região em que se encontra e o grau de liquidez do seu passivo. Definiram PLB como a relação  $(\text{depósitos a vista}) / (\text{operações de crédito})$ .

Dois desses autores, Frederico G. Jayme Jr. e Marco Crocco, publicaram uma versão preliminar para discussão do texto *Política fiscal, disponibilidade de crédito e financiamento de políticas regionais no Brasil* (Belo Horizonte: Face-Cedeplar-UFMG; maio de 2005). Além da discussão da política fiscal e de um levantamento institucionalista das fontes de financiamento do desenvolvimento regional no Brasil, que não é objeto de nosso interesse aqui, eles fazem uma análise do crédito na relação centro-periferia.

Afirmam que “uma das negligências mais comuns em estudos acerca de desequilíbrios regionais é o papel da moeda e do crédito. Em geral, boa parte da discussão teórica sobre o tema, incluindo aquela estreitamente relacionada com a tradição keynesiana, onde *as desigualdades regionais assumem processos cumulativos* (Kaldor, 1966; Dixon; Thirlwall, 1975), tende a negligenciar o papel da moeda e do crédito no desenvolvimento regional. Neste contexto, até mesmo o processo de concentração bancária no Brasil após 1994 não tem merecido a devida atenção da literatura quanto aos seus efeitos regionais, a exceção de alguns poucos autores como Amado (1998)” (Jaime Jr.; Crocco, p. 2005, p. 19 – itálicos meus).

O que há de comum em todos os textos pós-keynesianos sobre o tema é a referencia ao raciocínio teórico inicialmente formulado por Dow (1982, 1987). Nele, o processo de causação cumulativa, muito discutido teórica e empiricamente nos trabalhos de Kaldor e Myrdal, encontra no sistema financeiro um instrumento importante de seu agravamento e, com isso, estimulador de desequilíbrios regionais. A região é um *locus* de formação de expectativas e, sendo os níveis de investimento privado muito sensíveis a essas expectativas, determinadas regiões podem sofrer de insuficiência de demanda efetiva devido a *apresentar maior risco e gerar maior preferência pela liquidez dos agentes econômicos*.

Como oferta e demanda de crédito estão diretamente relacionados, não só com a política monetária, mas também com atitudes defensivas, tanto dos tomadores quanto dos bancos (ofertantes) de recursos, regiões menos desenvolvidas tendem a apresentar, através de seus efeitos sobre o multiplicador monetário e da renda, menor dinamismo financeiro. Desta forma, *há uma concentração de crédito em regiões mais desenvolvidas, pois se caracterizam por menores incerteza e preferência pela liquidez.* Sendo este aspecto importante para o desenvolvimento econômico, não se pode negligenciar a dinâmica do setor financeiro a nível regional. Com efeito, *este setor, antes de ser simplesmente um espelho da ‘economia real’ a nível regional,* acaba por influenciar significativamente o percurso das desigualdades regionais (Jaime Jr.; Crocco, 2005, p. 19 – itálicos meus).

Mais adiante, como provocação à reconsideração dessa premissa teórica, provarei com dados que *o sistema financeiro brasileiro, recentemente, espelhou a “economia real”, em nível regional, concedendo crédito em proporção à desigualdade preexistente.* Para avaliar a influência que as variáveis financeiras exercem em termos regionais, Jaime Jr. e Crocco (2005, p. 21) trabalharam o banco de dados Sisbacen (Sistema de Informações do Banco Central). Os números coletados contêm informações sobre a estatística bancária de todos os meses de 1988 a 2004 em todas as Unidades de Federação. Estes dados se referem aos principais itens contábeis do ativo e do passivo do sistema financeiro, apresentando o valor agregado mensal de cada operação para o total das instituições financeiras existentes no local. Achavam que “com este banco de dados é possível identificar com mais clareza os efeitos da concentração bancária regional e seus efeitos sobre as desigualdades regionais no Brasil”.

Com o mais recente SCR – Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil, onde constam informações sobre operações bancárias, encontramos um resultado empírico distinto. Ele falseia aquelas premissas pós-keynesianas e solicitam uma análise na escala da complexidade do desenvolvimento desigual, mas combinado.

Para efeito de comparação com o que vem adiante, é interessante verificar o Índice de Concentração de Crédito por UF e Brasil que eles apresentaram, em ordem crescente, para os anos de 1991, 1997 e 2003. Esta tabela 5.1 apareceu também no capítulo *Sistema Financeiro e Desenvolvimento Regional: Notas Exploratórias*, de autoria de Melissa Fernandes, Marco

Crocco, Elisângela Sanches e Adriana Amado (in *Sistema financeiro: uma análise do sistema bancário brasileiro*. Rio de Janeiro: Elsevier; 2007). Reproduzo-o em seguida.

Tabela 5.1  
Índice de concentração de crédito por UF – Brasil

UF / região	1991	UF / região	1997	UF / região	2003
Roraima	0,01	Amapá	0,02	Roraima	0,05
Amapá	0,03	Roraima	0,04	Acre	0,08
Tocantins	0,04	Acre	0,06	Amapá	0,08
Plaul	0,16	Tocantins	0,10	Tocantins	0,18
Acre	0,20	Rondônia	0,17	Rondônia	0,20
Rondônia	0,21	Paraíba	0,27	Sergipe	0,27
Paraíba	0,22	Sergipe	0,28	Plaul	0,28
Sergipe	0,30	Amazonas	0,32	Alagoas	0,33
Rio Grande do Norte	0,37	Rio Grande do Norte	0,38	Amazonas	0,33
Amazonas	0,39	Plaul	0,38	Rio Grande do Norte	0,44
Alagoas	0,46	Maranhão	0,40	Maranhão	0,45
Maranhão	0,60	Pará	0,51	Paraíba	0,55
Espirito Santo	0,69	Alagoas	0,57	Mato Grosso do Sul	0,66
Mato Grosso do Sul	0,79	Espirito Santo	0,72	Pará	0,67
Pará	0,91	Mato Grosso do Sul	0,80	Mato Grosso	0,68
Mato Grosso	0,94	Mato Grosso	0,90	Espirito Santo	0,78
Goias	1,21	Goias	1,05	Ceará	1,13
Norte	1,80	Pernambuco	1,06	Pernambuco	1,44
Ceará	1,94	Ceará	1,06	Goias	1,45
Pernambuco	2,34	Norte	1,27	Norte	1,59
Santa Catarina	2,68	Distrito Federal	1,80	Santa Catarina	1,93
Rio Grande do Sul	3,44	Santa Catarina	1,94	Bahia	1,94
Paraná	4,32	Bahia	2,72	Distrito Federal	2,35
Bahia	4,47	Paraná	3,59	Paraná	3,42
Distrito Federal	6,94	Rio Grande do Sul	3,93	Rio Grande do Sul	4,96
Minas Gerais	8,60	Minas Gerais	4,49	Centro-Oeste	5,13
Centro-Oeste	9,95	Centro-Oeste	4,54	Minas Gerais	5,37
Sul	10,44	Nordeste	7,13	Nordeste	6,85
Nordeste	10,95	Rio de Janeiro	7,87	Rio de Janeiro	8,67
Rio de Janeiro	14,86	Sul	9,46	Sul	10,30
São Paulo	42,72	São Paulo	64,52	São Paulo	61,10
Sudeste	66,87	Sudeste	77,60	Sudeste	75,62
Brasil	100,00	Brasil	100,00	Brasil	100,00

Fonte: Sisbacen      Elaboração própria

Em suas considerações finais, Jaime Jr. e Crocco (2005, p. 26) salientam suas premissas pós-keynesianas quando afirmam que “a relação entre desequilíbrios regionais e sistema financeiro, embora possa parecer simples à primeira vista, uma vez que a direção da concentração financeira se dá no

mesmo sentido da concentração de atividades industriais e de serviços, não é trivial. De fato, se a concentração de crédito é o corolário da dinâmica dos desequilíbrios regionais no Brasil, a dinâmica da preferência pela liquidez do público e dos bancos impõe uma maior preocupação na formulação de propostas para políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento do território brasileiro”.

No artigo “*Avaliação das condições de financiamento do desenvolvimento regional: notas preliminares*”, apresentado no XI Encontro Nacional da Anpur em 2005, Melissa Silva Menezes e Marco Aurélio Crocco reapresentam a teoria pós-keynesiana da preferência pela liquidez para, através do cálculo da preferência pela liquidez do público (PPLP) e dos bancos (PPLB), corroborar essa teoria. Aham que esta preferência tende a ser maior nas regiões menos desenvolvidas do que naquelas economicamente privilegiadas. Os índices de PPLP e PPLB para cada estado e região do país foram estabelecidos usando-se contas do ativo e do passivo do sistema financeiro, via dados retirados do Sisbacen. Os índices são compostos com denominadores distintos dos anteriores:

$$\text{PPLP} = (\text{Depósitos a vista do Setor Privado}) / (\text{Depósitos a Prazo} + \text{Depósitos de Poupança})$$
$$\text{PPLB} = (\text{Depósitos a vista do Setor Privado}) / (\text{Empréstimos e Títulos descontados})$$

Novamente, é fácil perceber que, de uma maneira geral, os estados mais ricos são os que apresentam os menores índices de PPLB. Não obstante, vê-se que a preferência pela liquidez dos bancos diminuiu de 1991, época de alta inflação, a 1997, quando a economia se encontrava mais estável em virtude do sucesso do Plano Real em combater a inflação. Em 2003, contudo, a PPLB aumenta bastante, o que parece ilustrar a instabilidade econômica patente no país, caracterizada por vários anos seguidos de baixo crescimento. Devido às elevadas taxas de juros praticadas pelo Banco Central do Brasil, *tornou-se muito mais atraente para os bancos procurarem por lucratividade em aplicações financeiras e não na oferta de crédito*. Este processo permitiu aos bancos combinar lucratividade com liquidez de uma forma pouco vista em experiências internacionais (Menezes; Crocco, 2005, p. 10).

Minha experiência vivenciada, principalmente a partir de 2003, permite a narração de outra história. Parece-me que ela não confirma a teoria desses autores. Na realidade, como queremos demonstrar adiante, a auto-organização

sem planejamento ou autoridade central, mas com políticas públicas sendo implementadas, não agravou a desigualdade regional como eles esperavam, antes pelo contrário.

Como coloca Crocco (2004a, p.326), '(...) qualquer diretriz de desenvolvimento regional deve ter em seu bojo aspectos relacionados à *regulamentação do sistema financeiro*, deixando, assim, de ser um assunto tratado apenas sob ótica macroeconômica'. Para tanto, é preciso levar em conta a peculiaridade do sistema financeiro brasileiro, ou seja, um sistema de grandes bancos nacionais que lidam com contextos econômicos regionais evidentemente díspares. Vale buscar maneiras de *incitar e incentivar os bancos comerciais a tratar diferentemente as regiões*, favorecendo as menos desenvolvidas. Essas políticas devem contar com a interação entre Banco Central, governo e entidades privadas (Menezes; Crocco, 2005, p. 17).

No artigo *Differentiated bank strategies across the territory: an exploratory analysis*, de autoria de Marco Crocco e Ana Tereza Lanna Figueiredo (Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG; 2009), novos dados são apresentados por regiões brasileiras. Mas, partindo das mesmas premissas teóricas pós-keynesianas, a conclusão é a mesma de outros trabalhos.

*According to Crocco and Santos (2006), central regions, for having a higher liquidity preference, have a stronger supply of credit that can be channelled to productive activities, implying a larger share in total financial intermediation. Taken together, the two most developed regions' (South and Southeast) share in total financial intermediation reaches over 80%. Such concentration benefits firms located in these regions in prejudice to enterprises from peripheral areas. The uneven access to loans and other financial services significantly contributes to accentuate regional disparities* (Crocco; Figueiredo, 2009, p. 19).

A análise combinada dos indicadores apresentados permite aos autores concluir que as sucursais dos bancos localizados em regiões menos desenvolvidas obtinham um aumento dos lucros em relação aos ativos através da redução da participação relativa dos créditos no total de ativos e o aumento de investimentos em títulos e ações em uma escala claramente superior ao observado em regiões mais desenvolvidas, indicando, assim, a diferenciação espacial distintiva de estratégias bancárias. Esta diferenciação seria o resultado de uma estratégia mais defensiva em regiões menos desenvolvidas, que, devido a um maior grau de incerteza econômica e uma volatilidade mais acentuada da

atividade econômica, levaria a uma redução da exposição ao risco de concessão de crédito. Este comportamento podia ser observado na redução do volume de crédito. Ele teria sido concedido apenas a projetos mais seguros.

Esta análise confirmaria *a hipótese da existência de estratégias diferenciadas do sistema bancário em nível regional*. Apesar de a identificação de uma linha de ação mais geral para os bancos situados em todas as regiões, como uma resposta para o meio ambiente macroeconômico, as evidências mostradas por Crocco e Figueiredo (2009) apontariam para o fato de que *a intensidade do padrão mais geral variou entre as regiões*. A afirmação final deles é que “essa heterogeneidade tem implicações importantes para o desempenho econômico das regiões brasileiras, uma vez que acentua as desigualdades regionais existentes”.

Finalmente, para concluir essa breve resenha das ideias básicas dos pós-keynesianos a respeito de sistema bancário e desenvolvimento regional, constato a repercussão dessa linha de pensamento em artigo de Ana Paula Gonçalves de Freitas e Luiz Fernando Rodrigues de Paula, *Concentração regional do crédito e consolidação bancária no Brasil: uma análise pós-Real* (*Revista Economia*, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 97-123, jan./abr. 2010).

O objetivo deste artigo é analisar como o processo de consolidação bancária brasileiro, a partir da implementação do Plano Real, impactou a distribuição e concessão do crédito regionalmente. A partir da análise de dados estatísticos e da utilização da análise de dados em painel, os autores avaliam as implicações desse processo sobre o comportamento do setor bancário e seus efeitos sobre a concessão e distribuição de crédito regional. Os resultados obtidos no exercício empírico para o período 1994-2006 mostram *indícios a favor da hipótese de que o processo de reestruturação bancária teve efeito negativo sobre a disponibilidade regional do crédito, sobretudo nas regiões periféricas do País*. Adicionalmente, há evidências de que fatores monetários são importantes na explicação da tendência a concentração regional do crédito no Brasil.

Neste artigo, os autores apresentam a distribuição do crédito bancário nos estados brasileiros, procurando analisar *os impactos da concentração bancária sobre a distribuição do crédito regional*. Perceberam que, “em consonância com o processo de consolidação do sistema financeiro brasileiro, intensificado a partir da adoção do Plano Real e estimulado por programas do governo federal como Proer e Proes, os estados mais desenvolvidos, com

destacada desenvoltura para São Paulo – estado onde se concentra a maioria das sedes dos grandes conglomerados bancários –, têm ampliado sua participação relativa em relação às demais unidades da federação, tanto em termos de concentração da atividade financeira e acesso a serviços bancários mais desenvolvidos, como também na participação relativa do estado no crédito ofertado no país. No período analisado, de 1994 a 2006, percebe-se *uma piora na concentração do crédito entre os estados brasileiros e uma maior concentração da atividade de intermediação financeira em São Paulo*. Além disso, apesar da expansão recente de agências bancárias no Brasil, *esse aumento se deu de forma mais intensa em regiões mais desenvolvidas em detrimento de regiões mais atrasadas (periféricas)*, dificultando o acesso dessas populações ao serviço bancário”.

Para eles, ficou evidente a relação fortemente positiva entre a menor (maior) presença de agências na unidade da federação e a menor (maior) disponibilidade de crédito na mesma. “Assim, fundamentando-se na teoria pós-keynesiana, que atribui uma importância crucial ao impacto da moeda e dos bancos sobre o desenvolvimento regional, pode-se conceber que o recente processo de reestruturação do setor bancário no Brasil, ao provocar intensas modificações nas estratégias e comportamentos dos agentes atuantes no sistema financeiro, *contribuiu também para a piora da distribuição do crédito regional e, conseqüentemente, para manter as desigualdades econômicas entre os estados brasileiros*”. Em pesquisa com dados mais recentes, como mostrarei adiante, não encontrei esse resultado.

Entretanto, Freitas e De Paula (2010, p. 121) ressaltam que apesar de verificarem empiricamente os efeitos do processo de concentração do setor bancário sobre o crédito, não se pode esquecer que o Brasil apresenta concentração da atividade em muitos outros setores da economia, sobretudo o setor industrial. Muitas sedes de empresas localizam-se em grandes centros e, sendo assim, *as várias operações de crédito realizadas pela empresa são contabilizadas no estado-sede, apesar dos recursos serem aplicados em projetos de outras regiões*, o que resulta em uma certa distorção nos dados disponíveis.

### **3 Falseamento das hipóteses pós-keynesianas**

Percebe-se, na literatura pós-keynesiana resenhada brevemente na seção anterior, que o atributo de liquidez dos ativos financeiros é estipulado em

termos relativos, seguindo a teoria do portfólio *a la* Hicks. Preferência pela liquidez em termos restritos *a la* Keynes refere-se à retenção de moeda improdutivo por mão-de-obra. Só então a moeda retida, de maneira ociosa, por uma massa expressiva de agentes econômicos, provocaria desemprego. Essa demanda de dinheiro por motivo de precaução ou especulação quanto ao futuro não seria atendida por meio de maior produção material de moeda. Já “quase-moedas” receptoras de juros são passivos que lastreiam ativos, tanto empréstimos quanto títulos, portanto, suas retenções não geram desemprego.

O que quero dizer com isso? Reter depósitos à vista por parte de correntistas não impede a circulação monetária via bancos. Se eles não gastam dinheiro, outros o fazem, endividando-se. Desde que ocorra demanda por crédito, empréstimos multiplicam depósitos. Estes depósitos captados pelo sistema bancário lastreiam novos empréstimos em um processo só regulado pela exigência de recolhimento compulsório por parte da Autoridade Monetária e/ou delimitado pelo saque de papel-moeda por parte dos correntistas.

“Armadilha de Liquidez” é um processo identificado por Keynes apenas em uma grande depressão. Nesse caso extraordinário, o aumento da oferta de moeda – recentemente apelidado de “afrouxamento monetário” – não tem por consequência a queda da taxa de juros de mercado, mas sim provoca incremento na retenção geral de saldos monetários ociosos e/ou reservas bancárias. Considera-se, então, esse um evento fora-do-comum de *preferência pela liquidez absoluta*.

Em condições normais, aumento da oferta de moeda resulta em aumento dos preços dos títulos financeiros, na medida em que os agentes econômicos procuram adquirir ativos e não permanecer com moeda, dado o custo de oportunidade de moeda não receber juros. A elevação dos preços (valores de mercado) de títulos prefixados provoca tendência de queda na taxa de juros efetiva no mercado financeiro.

Aquela reflexão pós-keynesiana a respeito da preferência pela liquidez do público (PLP) e preferência pela liquidez dos bancos (PLB) remete, respectivamente, à avaliação do caráter da riqueza pessoal no Brasil mantida em depósitos à vista ou de poupança e à Alocação de Ativos e Passivos (ALM) dos bancos.

Segundo o *Relatório de Inclusão Financeira*, publicado pelo Banco Central do Brasil em 2015, “a análise de contas de depósito a vista e de poupança é relevante, uma vez que se trata do serviço mais básico oferecido

pelos bancos de guarda e movimentação de recursos com segurança e conveniência. (...) pode-se observar a expansão da abertura do número de contas de depósito a vista, em especial, de poupança. Analisando o volume em reais por depositante, observa-se que os depósitos a vista praticamente se mantiveram constantes. Ao contrário, a mesma análise com depósitos em poupança demonstra aumento considerável do volume de depósitos de poupança”.

No entanto, o Censo Semestral da Caderneta de Poupança de junho de 2014 mostra que, quando considerados os saldos por faixa de valor, cerca de 74 milhões de clientes (57%) mantinham saldos pequenos em sua caderneta de poupança, de até R\$100,00, com saldo médio de apenas R\$1,66! Essa significativa porcentagem de contas de poupança com saldos de baixo valor decorre do fato de grande parte das contas de caderneta de poupança ser, na verdade, usada como contas de depósito a vista, e não para manter reserva financeira.

Esses dados evidenciam que “os bancos conseguem chegar às pessoas, mas não necessariamente conseguem mantê-las em relacionamento de efetivo uso. O desafio para intensificar o uso pode estar na melhora da adequação dos produtos e dos serviços às necessidades do cidadão”. Isto é sintoma de preferência pela liquidez ou de pobreza? Quais são outras motivações desses depósitos senão a transacional?

Quanto à concentração dessa riqueza financeira, esse Censo, cuja fonte primária de dados é o FGC, mostra que ao final do primeiro semestre do segundo mandato do Governo FHC, isto é, em junho de 1999, existiam 42.796.773 clientes com saldo total de R\$ 111.604 milhões. No final do primeiro semestre do último ano do primeiro mandato do Governo Dilma, isto é, em junho de 2014, existiam 129.718.026 clientes com saldo total de R\$ 626.173 milhões em depósitos de poupança. Houve um processo de inclusão financeira, ou seja, de acesso popular a bancos e crédito.

Porém, a concentração financeira destaca-se quando não se corrige os valores em termos nominais da faixa superior de depósitos (acima de R\$ 30.000,00) pela inflação ocorrida no período. Em junho de 1999, eram 606.813 clientes que tinham depósitos de poupança nessa faixa, representando 1,42% do total. Em junho de 2014, passaram para 4.586.063 clientes, equivalendo a 3,54% do total. Esta faixa top de riqueza acumulava, respectivamente, 38,95% e 66,29% dos saldos totais dos depósitos de poupança. Preferência pela liquidez

ou, pelo contrário, o comportamento “deixa estar” pelo conservadorismo de depositantes de poupança com perfil etário mais elevado?

Considerando-se os 90,6 milhões de detentores de depósitos à vista, em 2014, cada qual possuía, em média per capita, R\$ 787,50. Por sua vez, os 129,7 milhões de depositantes de poupança retinham saldo médio per capita de apenas R\$ 4.731,50. Dada aquela brutal concentração, a ampla maioria praticamente quase não possuía reserva financeira:

- 74,2 milhões (57,2%) tinham saldo até R\$ 100,00;
- 15,2 milhões (11,7%) de R\$ 100,00 a R\$ 500,00;
- 7,3 milhões (5,6%) de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00.

Então, 96,7 milhões (74,5%) dos depositantes em 2014 possuíam menos de R\$ 1.000,00 na caderneta de poupança. E ainda tem economista ortodoxo clamando para a população brasileira poupar! Poupar o que?! E economista heterodoxo dizendo que “os depositantes têm preferência pela liquidez”! Pouco sobra de dinheiro demandado por motivo transacional para se darem esse luxo...

Esse problema de pobreza se refere aos párias brasileiros. As castas de guerreiros-governantes-comerciantes-sábios acumulam uma riqueza financeira que é capitalizada no dia-a-dia pela maior taxa de juros do mundo. Os títulos e valores mobiliários, destacadamente os títulos de dívida pública, servem de lastro para empréstimos e títulos financeiros.

Para testar essa minha hipótese, que denominei de “Regra dos 9” na estratificação social da riqueza financeira, são 8.572.627 depositantes que têm reservas em suas cadernetas de poupança acima de R\$ 15.000,00, ou apenas 6,6% do total de clientes. Possuíam 84,8% dos depósitos totais.

A classe A (4,4%) e a classe B (5,6%) somam 10% das pessoas que moram em domicílios cuja renda total é classificada nas faixas superiores. Seus “chefes de famílias” provavelmente estão entre 9.601.162 profissionais com Ensino Superior Completo. São os 9% que ganham mais de 5 salários mínimos. Possivelmente, estão entre os 8.967.859 clientes do Varejo (68%) e Varejo de Alta Renda (32%) dos Fundos e Títulos e Valores Mobiliários, cujas médias de investimentos eram, respectivamente, R\$ 45.265,78 e R\$ 161.952,10, em junho de 2015.

Finalmente, as Faixas A e B1 com [38-100] pontos na Regra de Classificação 2015 da ABEP representavam dois extratos socioeconômicos

ordinais com +/- 5% cada um, com renda mensal A (> R\$ 16.000) e B1 (> R\$ 8.000). Constituíam, respectivamente, 3% e 4% dos consumidores e 16% e 12% do consumo.

Quanto à alegação, baseada na minha reflexão teórica (“crédito é dirigido pela demanda”) e na minha experiência prática (“tesouraria de banco faz operações compromissadas com todo o saldo líquido diário a partir da verificação pelos sistemas de informações de todas as entradas e saídas de caixa, inclusive os desembolsos por empréstimos concedidos”), cabe apresentar alguma evidência empírica. Afirmando que o custo de oportunidade de reter moeda, seja *strictu sensu*, seja quase-moeda, leva sim à *preferência por rentabilidade* por parte dos bancos, considerando – é lógico – a avaliação de risco dos potenciais clientes.

Isto pode ser provado por um ALM (sigla em inglês de “Administração de Ativos e Passivos”) de um banco, há dez anos, em dezembro de 2006. Nele, contratava-se consultoria para ver como conseguiria demanda de crédito nas condições de mercado. A próxima figura mostra que as operações comerciais (crédito) tinham um *spread* de 37 pontos percentuais, enquanto o Caixa Central tinha 7,41 pp e a Tesouraria apenas 0,77 pp, menor até do que o de “compulsório/exigibilidades” (C/E: 1,51 pp) e de “políticas públicas” (PPb: 0,92 pp). Entretanto, em 2006, a Tesouraria retinha 50% do Ativo, a Caixa Central 4%, PPb 28%, C/E 12%, e Operações Comerciais só 6%. Com base nesses resultados (*ex-post*), é racional dizer que “banco tem preferência por liquidez e racional crédito”?!

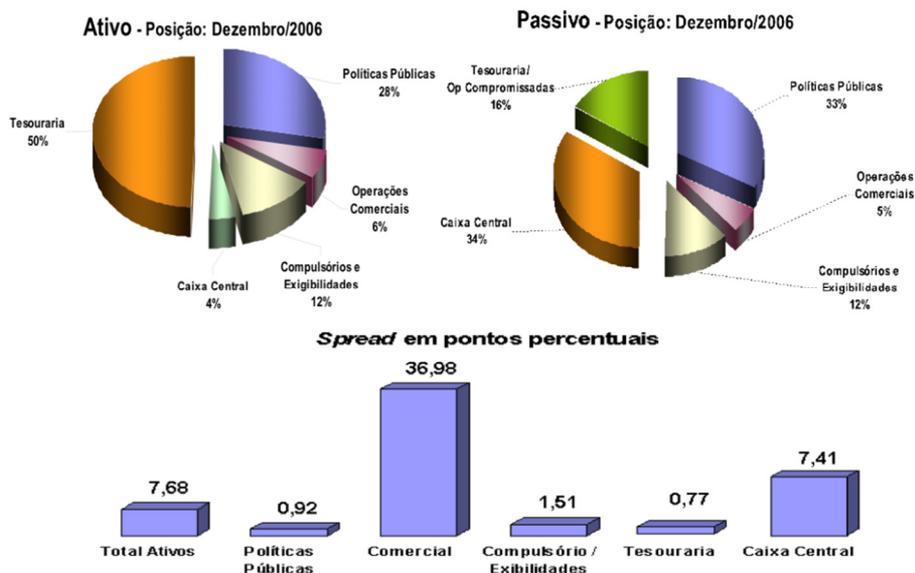
Não se concede mais crédito só quando não há mais demanda por ele nas condições de mercado exigidas! Quando eu era “PK horizontalista” já alegava isso (“crédito dirigido pela demanda”), para os “PK fundamentalistas”, mas estes não testam seus dogmas...

Nesse exemplo real de Alocação de Ativos e Passivos, a Política Pública em Habitação e Saneamento com Recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), Crédito Imobiliário com Recursos de Depósitos de Poupança, e Operações de Agente de Fomento, toda ela tinha custo médio ponderado de 68% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e rendimento médio ponderado de 75% do CDI. Por sua vez, Operações de Crédito Comercial tinham custo de 98% do CDI e rendimento de 379% do CDI. Em outras palavras, fazia-se política pública como missão social e compensava-se seu baixo *spread* (0,92 pp) com a ação comercial com elevado *spread* (37

pp). Sob critério estrito de rentabilidade, é lógico que a preferência seria por esta última. Mas não havia demanda de crédito para elevá-la.

Compulsórios e Exigibilidades custavam 57% e rendiam 68% do CDI. Tesouraria tinha custo de 100,2% e rendimento de 106,1% do CDI. Caixa Central, respectivamente, 33% e 89% do CDI.

Contribuição dos segmentos em 2006



Vale destacar que os passivos da Tesouraria – com *duration* de um dia – eram Operações Compromissadas (R\$ 25 bilhões) e Captação no Mercado Aberto como *dealer* (R\$ 9 bilhões), cujo custo médio ponderado era 100,67% do CDI. O maior volume de recursos eram tomados do Caixa Central (R\$ 70 bilhões). O total de ativos da Tesouraria – títulos de dívida pública com *duration* médio de 564 dias – somavam R\$ 104 bilhões e rendiam 106,6% do CDI. Logo, o spread em pontos percentuais da diferença de juros pagos e juros recebidos era muito menor do que o de operações de crédito comercial. *Não se poderia dizer que o banco tinha preferência pela liquidez...*

Interessante exemplificar também a composição dos passivos do Caixa Central com base em seu custo em % do CDI e *duration*, respectivamente, no total, 23,45% e 14 dias. Era composto por Depósitos Especiais de Fundos e Programas (95% e 4), Disponibilidades do FAT/Proger a aplicar (100,3% e

251), Disponibilidades do FAT/Habitação a aplicar (100,3% e 1.235), Recursos Livres de Depósitos à Vista (R\$ 3,9 bilhões sem custo e *duration*), Depósitos Judiciais (R\$ 28 bilhões, 26% e 15), Faixa Livre da Poupança (R\$ 3,2 bilhões, 65% e 20), Captações em Dólares (22% e 1.040), Patrimônio Líquido (R\$ 9 bilhões). Além disso, o Caixa Central recebia R\$ 9,7 bilhões de Recursos Excedentes na Política Pública. Esses recursos tomados de outros segmentos eram remunerados a 100% do CDI. Em contrapartida, o total do Caixa Central enviado a outros segmentos (Comercial, Fomento e Tesouraria) tinha também de ser remunerado a 100% do CDI.

O total geral de ativos do banco (R\$ 210 bilhões) era remunerado a 104% do CDI e tinha *duration* de 904 dias. O passivo total, por sua vez, era remunerado a 58% do CDI e exigia contínua administração do hiato de *duration*. Em outras palavras, o lucro bancário vinha, principalmente, do grande valor aplicado em um baixo *spread* médio ponderado. Se conseguisse demanda para tal, nas condições de mercado solicitadas, o banco certamente apreciaria elevar esse *spread* com o maior diferencial de juros obtidos em operações de crédito comercial.

Vale observar que, quando a taxa de juros é elevada, com a presença de mais ativos em longo prazo que passivos, o valor de mercado da carteira de ativos (A) reduz-se mais do que o valor de mercado da carteira de passivos (P):  $\Delta PL = \Delta A - \Delta P$ . Com *hiato de prazo*, por exemplo, de 2 anos, aumento de um ponto percentual das taxas de juros pode fazer com que os acionistas sofram forte redução (por exemplo, 16,3%) em seu patrimônio. Melhor maneira de imunizar-se seria fazer com que o *hiato de prazo*, a diferença entre o prazo médio de vencimento de ativos e passivos, torne-se igual a zero. Porém, nesse caso, haveria uma troca na proporção entre maximização de retorno e minimização de risco.

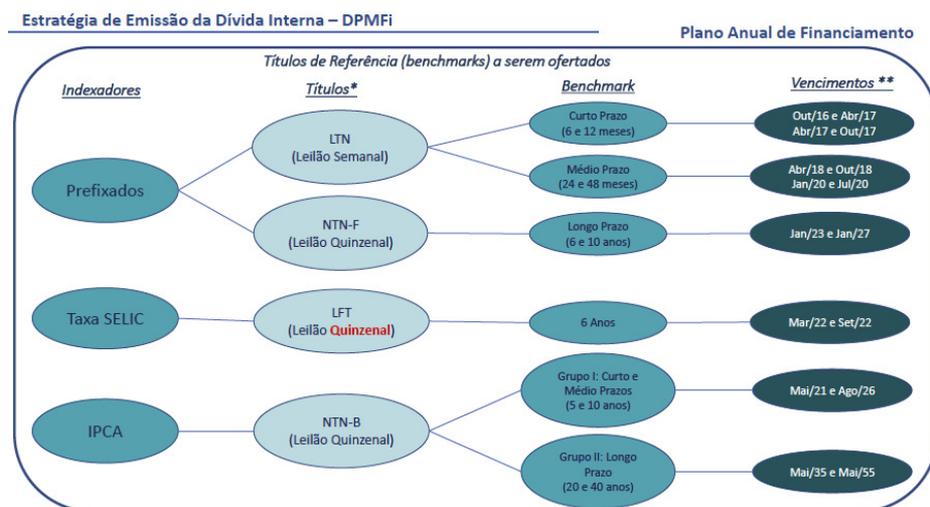
No debate sobre “preferência pela liquidez dos bancos”, os pós-keynesianos devem se atentar para o grau de liquidez diferenciada dos títulos e valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras. Eles devem ser classificados nas seguintes categorias:

1. na categoria *títulos para negociação*, devem ser registrados aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;
2. na categoria *títulos disponíveis para venda*, devem ser registrados os que não se enquadrem nas demais categoria descritas;

3. na categoria *títulos mantidos até o vencimento*, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Essa capacidade financeira de carregamento deve ser comprovada com base em projeção de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de venda dos títulos mantidos até o vencimento. Portanto, *strictu sensu*, preferência pela liquidez refere-se apenas às *disponibilidades*: são os recursos financeiros que se encontram à disposição imediata da entidade bancária, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários à vista e os títulos de liquidez imediata.

O Plano Anual de Financiamento da Secretaria do Tesouro Nacional (PAF 2016) prevê os seguintes prazos de vencimentos para os títulos de dívida pública a serem lançados. Observe que curto prazo é uma exceção das LTN prefixadas:



Os resultados esperados para o ano corrente, inclusive o prazo médio de vencimento, são de um *alongamento do perfil da dívida pública*:

Indicadores	2015	Limites para 2016		Limites de longo prazo	
		Mínimo	Máximo	Referência	
<b>Estoque (R\$ bilhões)</b>					
DPF	2 793,0	3 100,0	3 300,0		
<b>Composição (%)</b>					
Prefixados	39,4	31,0	35,0	45,0	+/- 2,0
Índices de Preços	32,5	29,0	33,0	35,0	+/- 2,0
Taxa Flutuante	22,8	30,0	34,0	15,0	+/- 2,0
Câmbio	5,3	3,0	7,0	5,0	+/- 2,0
<b>Estrutura de vencimentos</b>					
% Vencendo em 12 meses	21,6	16,0	19,0	20,0	+/- 2,0
Prazo Médio (anos)	4,6	4,5	4,7	5,5 anos	+/- 0,5
Vida Média (anos)	6,6	-	-	-	-
% de Amortização em 12 meses	18,0	-	-	-	-

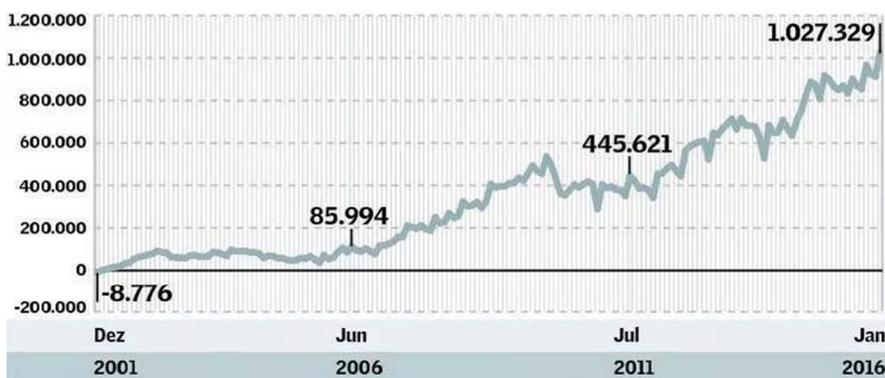
Fonte: Tesouro Nacional.

Há expectativa de avanços na Estrutura de Vencimentos da DPF com o percentual vincendo em 12 meses convergindo para valores abaixo de 20% da dívida pública federal, ou seja, abaixo de 10% do PIB. Espera-se manutenção ou aumento do prazo médio da dívida.

Algum economista obcecado pela preferência pela liquidez do público não bancário e dos bancos pode alegar que ela se expressa nas operações compromissadas. Porém, a principal origem do crescimento extraordinário dessas operações esteve no crescimento das reservas cambiais, que são convertidas de dólares em reais, e a consequente busca do enxugamento desse “excesso de liquidez” via política monetária de *open-market*. Isto sem falar na assombração da troca forçada de LFT (pós-fixados) por LTN (prefixados), defendida por muitos economistas preocupados apenas com as finanças públicas, mas não com as finanças corporativas e pessoais. Analise a correlação apontada nos quadros abaixo publicados no jornal *Valor Econômico*.

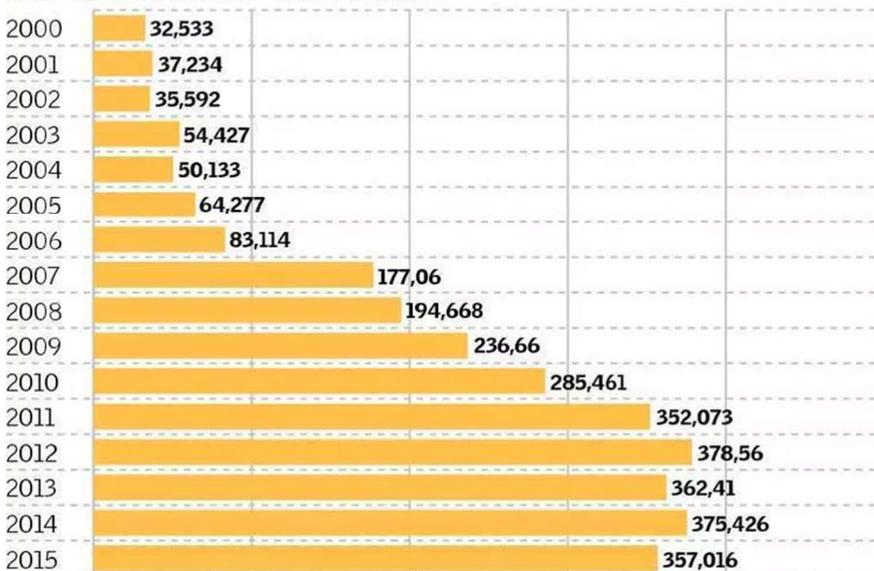
## Crescimento vertiginoso

Operações compromissadas - em R\$ milhões



### Credor externo

Reservas internacionais - em US\$ milhões



Fonte: Banco Central; Elaboração: Economista Felipe Salto

Cabe então analisar as participações relativas dos principais ativos e passivos nos balanços dos maiores bancos. No Quadro 1 abaixo, constata-se que em nenhum desses casos relevantes a participação da carteira de empréstimos é inferior à da carteira de títulos e valores mobiliários (TVM).

Disponibilidade indicaria a preferência pela liquidez *strictu sensu*, ou seja, refere-se a um percentual muito diminuto dos ativos bancários.

Quadro 1  
Preferência por liquidez, carteira de títulos e carteira de empréstimos  
(inclusive provisões para duvidosos)

Instituição	Ativo Total	Disponibilidade	TVM e derivativos	Oper. Créd. e Arrend. Merc Total	Provisão para CL % da Carteira
BB	1.435.285.204	19.505.053	125.943.887	681.184.267	-32.660.175
ITAU	1.264.095.531	17.836.981	245.464.760	425.715.955	-31.610.978
CAIXA	1.156.038.883	10.614.406	173.702.930	654.939.496	-31.721.261
BRADESCO	884.768.713	12.703.878	176.463.119	333.368.198	-26.884.020
SANTANDER	707.530.712	6.923.474	154.936.455	225.454.857	-14.969.428
HSBC	179.522.071	3.619.932	39.380.164	59.352.169	-4.772.702
BNDES	937.837.984	3.384	105.717.675	383.620.578	-2.795.496
BB	100,0	1,4	8,8	47,5	-4,8
ITAU	100,0	1,4	19,4	33,7	-7,4
CAIXA	100,0	0,9	15,0	56,7	-4,8
BRADESCO	100,0	1,4	19,9	37,7	-8,1
SANTANDER	100,0	1,0	21,9	31,9	-6,6
HSBC	100,0	2,0	21,9	33,1	-8,0
BNDES	100,0	0,0	11,3	40,9	-0,7

Fonte: Banco Central - Data-base: Setembro 2015 - Balançetes processados até: 30/11/2015

Obs.: Valores monetários em R\$ mil

Por outro lado, quanto à PLP (preferência pela liquidez do público), indicador utilizado pelos autores pós-keynesianos, acho que teria de se analisar a relação entre depósitos totais e Fundos de Investimentos Financeiros (FIFs), ou seja, a administração de recursos de terceiros por parte de bancos, o que farei em outra seção. Por ora, vale observar no Quadro 2 (em duas partes complementares) que os bancos se utilizam de outras fontes de financiamento na composição passiva, além dos depósitos de poupança e a prazo, como Letras Financeiras e Repasses.

Quadro 2

Instituição	Passivo exigível	Depósitos					
		à vista	de poupança	interfinanceiros	a prazo	outros	total
BB	1.361.603.389	64.881.946	149.763.605	42.404.092	200.924.397	6.474.553	464.448.593
CAIXA	1.128.943.663	24.263.484	234.466.371	2.543.199	166.815.091	12.563.951	440.652.098
ITAU	1.154.995.085	96.710.735	111.450.932	18.369.813	114.849.708	562.172	341.943.360
BRADESCO	797.805.315	24.368.264	89.616.088	1.178.421	89.972.359	26.957	205.162.090
SANTANDER	647.848.849	18.347.350	35.540.168	3.265.646	88.423.389	191.561	145.768.115
HSBC	169.927.975	10.460.035	5.748.503	1.180.963	37.015.099	389.553	54.794.153
BNDES	904.044.396	0	0	0	0	15.285.455	15.285.455
BB	100,0	4,8	11,0	3,1	14,8	0,5	34,1
CAIXA	100,0	2,1	20,8	0,2	14,8	1,1	39,0
ITAU	100,0	8,4	9,6	1,6	9,9	0,0	29,6
BRADESCO	100,0	3,1	11,2	0,1	11,3	0,0	25,7
SANTANDER	100,0	2,8	5,5	0,5	13,6	0,0	22,5
HSBC	100,0	6,2	3,4	0,7	21,8	0,2	32,2
BNDES	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	1,7

Instituição	Passivo exigível	Captações		Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		Patrimônio líquido
		no mercado aberto	Letra Financeira	Outros	Total	
BB	1.361.603.389	334.080.872	6.758.591	200.584.183	207.342.774	73.681.814
CAIXA	1.128.943.663	170.274.592	42.002.783	125.382.605	167.385.388	27.095.220
ITAU	1.154.995.085	325.098.760	19.959.247	52.600.154	72.559.401	109.100.446
BRASESCO	797.805.315	265.810.558	81.913.295	36.374.261	118.287.556	86.963.398
SANTANDER	647.848.849	148.313.642	55.940.479	43.260.654	99.201.133	59.681.863
HSBC	169.927.975	5.050.260	32.411.730	8.098.702	40.510.432	9.594.097
BNDES	904.044.396	4.546.409	0	37.634.712	37.634.712	33.793.587
BB	100,0	24,5	0,5	14,7	15,2	5,4
CAIXA	100,0	15,1	3,7	11,1	14,8	2,4
ITAU	100,0	28,1	1,7	4,6	6,3	9,4
BRASESCO	100,0	33,3	10,3	4,6	14,8	10,9
SANTANDER	100,0	22,9	8,6	6,7	15,3	9,2
HSBC	100,0	3,0	19,1	4,8	23,8	5,6
BNDES	100,0	0,5	0,0	4,2	4,2	3,7

Da mesma forma, bancos fazem Captações no Mercado Aberto em volume maior do que aplicam em Títulos e Valores Mobiliários. Logo, carregando carteira de empréstimos com refinanciamento contínuo em curtíssimo prazo, eles demonstram não preferência pela liquidez mas sim por rentabilidade. Caixa e BNDES dependem de repasses de outras fontes de financiamento, respectivamente, FGTS e FAT. Santander e HSBC, provavelmente, complementam esse *funding* com repasses externos. Confira no Quadro 3.

Quadro 3

Instituição	Ativo Total	TVM e derivativos	Captações		Oper. Créd. Total	Depósito total	Soma dos	
			no mercado aberto	Oper. Créd. Total			Ativos (OC+ TVM)	Passivos (DT+ CMA)
BB	1435285204	125943887	334080872	681184267	464448593	807128154	798529465	
ITAU	1264095531	245464760	170274592	425715955	440652098	671180715	610926690	
CAIXA	1156038883	173702930	325098760	654939496	341943360	828642426	667042120	
BRASESCO	884768713	176463119	265810558	333368198	205162090	509831317	470972648	
SANTANDER	707530712	154936455	148313642	225454857	145768115	380391312	294081757	
HSBC	179522071	39380164	5050260	59352169	54794153	98732333	59844413	
BNDES	937837984	105717675	4546409	383620578	15285455	489338253	19831864	
BB	100,0	8,8	24,5	47,5	34,1	56,2	58,6	
ITAU	100,0	19,4	15,1	33,7	39,0	53,1	54,1	
CAIXA	100,0	15,0	28,1	56,7	29,6	71,7	57,8	
BRASESCO	100,0	19,9	33,3	37,7	25,7	57,6	59,0	
SANTANDER	100,0	21,9	22,9	31,9	22,5	53,8	45,4	
HSBC	100,0	21,9	3,0	33,1	32,2	55,0	35,2	
BNDES	100,0	11,3	0,5	40,9	1,7	52,2	2,2	

Fonte: Banco Central - Data-base: Setembro 2015 - Balançetes proces. até: 30/11/2015

Obs.: Valores monetários em R\$ mil (elaboração do autor FNC)

Para avaliação do Resultado Bruto de Intermediação Financeira (RBIF) e Outras Receitas e Despesas Operacionais, é interessante destacar no Quadro 4 o peso muito superior de Receitas de Operações de Crédito face às de Operações com Títulos e Valores Mobiliários. Além disso, confira o prejuízo com Operações com Derivativos dos bancos privados. No caso do HSBC, que acabou sendo vendido para o Bradesco, o prejuízo com Operações de Câmbio foi significativo. O surpreendente é que, no terceiro trimestre de 2015, os RBIF de todos os maiores bancos listados, exceto a Caixa e o ponto de equilíbrio do HSBC, foram negativos. Buscou-se compensação com Outras Receitas e

Despesas Operacionais, como se verifica no Quadro 5 em duas partes complementares.

Quadro 4

Instituição	Recursos de Intermediação Financeira							Total de Receitas
	Operações de crédito	Operações de arrend. merc.	Operações com TVM	Operações com deriv.	Operações de câmbio	Operações de venda AF	Aplicações compulsórias	
BB	56	0	34	3	4	0	2	100
ITAU	65	3	36	-17	8	0	4	100
CAIXA	56	0	16	15	5	0	7	100
BRABESCO	61	2	38	-24	17	0	4	100
SANTANDER	102	5	55	-73	0	0	11	100
HSBC	51	3	29	13	0	0	4	100

Instituição	Despesas de Intermediação Financeira							Resultado bruto I.F.
	Captações no mercado	Operações de arrend. merc.	Emprést. e repasses	Provisão de CL	Operações de câmbio	Operações de venda AF	Total de Despesas	
BB	46	0	40	14	0	0	100	-1.722.404
ITAU	39	6	37	17	0	0	100	-21.164.894
CAIXA	65	0	17	17	0	1	100	4.532.009
BRABESCO	38	1	43	18	0	0	100	-15.910.046
SANTANDER	71	2	10	14	3	0	100	-11.658.715
HSBC	50	2	11	20	17	0	100	32.143

Fonte: Banco Central - Data-base: Setembro 2015 - Balançetes processados até: 30/11/2015  
Obs.: Valores monetários em R\$ mil

Quadro 5

Instituição	Outras Receitas / Despesas Operacionais				Total de receitas operacionais
	Receita de prest. de serv.	Rendas de tarif. banc.	Resultado de part. em colig.	Outras receitas operacionais	
ITAU	13	8	38	42	100
BRABESCO	12	10	73	5	100
BNDES	3	0	71	27	100
BB	22	14	30	34	100
CAIXA	53	14	7	26	100
BTG PACTUAL	10	0	55	35	100
SANTANDER	11	4	0	85	100

Instituição	Despesas Operacionais				Total de despesas operacionais
	Despesas de pessoal	Despesas administ.	Despesas tributárias	Outras despesas operacionais	
ITAU	19	21	5	54	100
BRABESCO	28	33	4	35	100
BNDES	31	13	37	19	100
BB	33	26	6	35	100
CAIXA	37	23	6	34	100
BTG PACTUAL	25	35	5	35	100
SANTANDER	13	22	2	62	100

Fonte: Banco Central - Data-base: Setembro 2015 - Balançetes processados até: 30/11/2015  
Obs.: Valores monetários em R\$ mil

Repare também (Quadro 5) na expressiva contribuição do resultado de participações nas empresas coligadas, especialmente nos casos do Bradesco, BNDES e BTG Pactual. Por sua vez, a Caixa se destaca na obtenção de receita de prestação de serviços, em especial, ao setor público.

A conclusão parcial dessa seção, depois de examinados um exemplo real de ALM e os dados de balanços dos maiores bancos brasileiros, é que os pós-keynesianos necessitam rever seus conceitos. Partindo de falsas premissas – construídas a partir do conceito de preferência pela liquidez para bancos –, não é surpreendente que tenham errado em suas predições a respeito do

agravamento da concentração regional no Brasil por causa da concentração bancária e, supostamente, das operações de crédito.

Na próxima seção, em vez de pressupor que “as finanças vêm influenciando a organização do espaço geográfico brasileiro”, minha hipótese será que “a organização do espaço geoeconômico brasileiro influencia o crédito”. Em outras palavras, a demanda dirige a oferta de crédito. Em compensação, crédito às obras públicas e políticas sociais ativas fomentam essa demanda. As operações de crédito, recentemente, adaptaram-se à concentração econômica regional, porém, não a agravando como os pós-keynesianos previam.

#### **4 Estratégia locacional dos maiores bancos**

Segundo a Pesquisa da Atividade Bancária no Estado de São Paulo, para a qual dei consultoria ao Seade, a capital de São Paulo possuía, em janeiro de 1997, 116 sedes de bancos, ou seja, mais da metade dos 229 bancos então existentes no Brasil adotaram-na como o centro de decisões financeiras. Da rede nacional de agências, 11,7% estavam na cidade de São Paulo e quase 1/3 no Estado. O Estado de São Paulo possuía cerca de 46% e 33% da clientela bancária nacional – pessoas físicas e pessoas jurídicas, respectivamente.

No meu livro *Brasil dos Bancos* (São Paulo: Edusp, 2012), registrei que os grandes bancos privados nacionais cresceram através de fusões e aquisições bancárias, ganhando assim abrangência nacional, apesar de sempre privilegiarem a disputa de negócios na região mais dinâmica e no centro financeiro, isto é, na capital de São Paulo. A estratégia locacional deles foi crescer aproveitando oportunidades de aquisições de concorrentes em São Paulo e de bancos com nichos regionais, inclusive os bancos estaduais quando foram privatizados, ganhando então maior escala nacional.

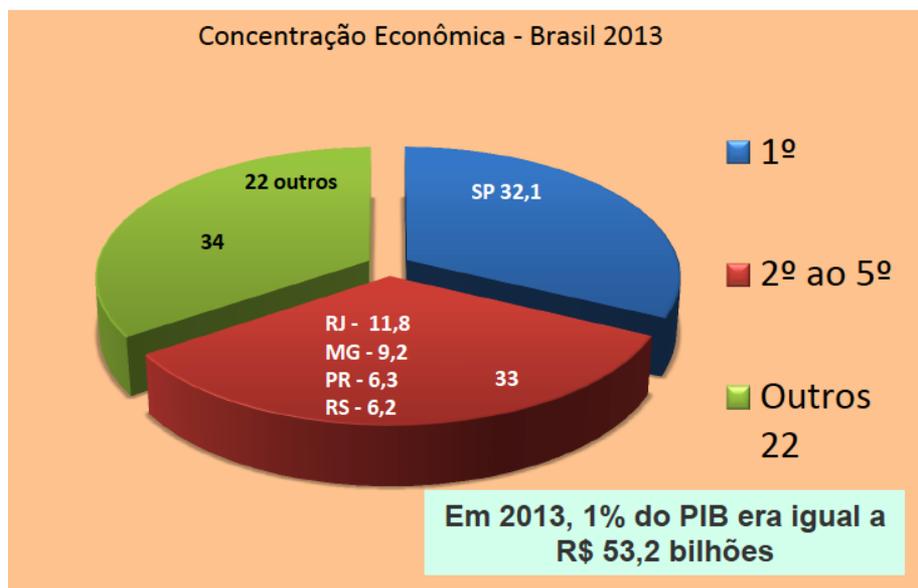
Conferi a situação atual através de agregação dos dados de balancetes por municípios e estados, disponíveis no site do Banco Central do Brasil. Processando uma imensa planilha, verifiquei que a capital de São Paulo concentrava 67% das operações de crédito e 77% do passivo total no Estado em novembro de 2015. No caso de incluir-se Osasco, devido à centralização do processamento de informações na Cidade de Deus do Bradesco, eram, respectivamente, 81% e 95%.

Eram 2.568 agências (36% do total do Estado e 11,25% do total nacional) na capital de São Paulo naquela data. O Estado somava 7.129 ou 31%

do total do País. Além da cidade de São Paulo, a concentração ocorria na Grande São Paulo (ABCDOG e Barueri), Santos, Jundiaí, Campinas, Sorocaba, Araraquara, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e São José dos Campos.

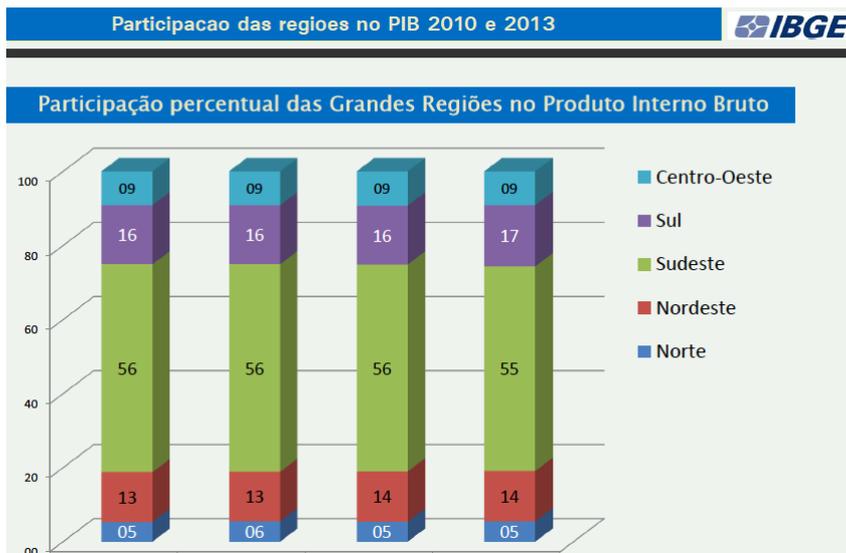
Os maiores bancos dominam amplamente o mercado bancário da capital de São Paulo através de suas agências – ItaúUnibanco: 580; Bradesco: 512; Santander: 482; Banco do Brasil: 391; Caixa Econômica Federal: 298; HSBC: 87; Citibank: 60; Safra: 35. Elas somam 2.445, representando 95% do total da Capital.

A economia brasileira segue a “regra do terço”, pois se reparte em três terços segundo as últimas Contas Regionais, referentes a 2013, elaboradas pelo IBGE:



Em 2002, a participação do PIB do Estado de São Paulo era 34,6%. Desde então, foi caindo gradualmente até 32,1% em 2013. Talvez por isso encontra-se tanta oposição governamental entre a classe dominante paulista...

Entretanto, há uma notável constância nas participações percentuais das Grandes Regiões no PIB entre 2010 e 2013:



Como o sistema bancário brasileiro se conformou a essa concentração regional? Adequando-se perfeitamente à ela, em um processo de *retroalimentação*, porém *não cumulativo*, pois a atuação nacional dos bancos públicos ameniza a centralização.

Segundo artigo de autoria de Haroldo da Gama Torres, *Sedes dos grandes grupos econômicos: relevância para as metrópoles brasileiras* (1ª. Análise Seade, São Paulo, n. 12, mar. 2014), “as sedes das maiores empresas estão localizadas nas capitais brasileiras do Sul e Sudeste – o Distrito Federal é a única localidade que se destaca fora dessas regiões, por concentrar empresas estatais. A RMSP contava com a maior aglomeração de sedes de grandes corporações, abrigando 98 grupos empresariais em 2012, 49% do total observado, o que corresponde a uma receita bruta superior a R\$ 1,5 trilhão. O município de São Paulo é o grande polo concentrador das sedes dessas organizações, com 44% do total nacional de corporações registradas nessa amostra e 41% do valor da receita bruta declarado por elas. O segundo maior grupamento de sedes de corporações encontra-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que contava com 28 empresas (14% do total) e uma receita bruta total de 745 bilhões (25%). Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Brasília são as outras regiões metropolitanas que concentravam mais do que cinco sedes de grandes grupos econômicos. A ausência na gestão pública de um olhar para a questão da chamada ‘competitividade urbana’ pode induzir perda de sedes de organizações de grande porte, com resultados significativos no longo prazo”.

O Quadro 6 abaixo é uma reprodução do encontrado no trabalho acima citado.

Quadro 6

**Maiores grupos econômicos e receita bruta, segundo localidade das sedes**  
Brasil – 2012

Localidade das sedes	Maiores grupos		Receita bruta em 2012	
	N. Abs.	%	Valores (em milhões de R\$)	%
Região Metropolitana de São Paulo	98	49,0	1.503.418	49,0
Cidade de São Paulo	87	44,0	1.252.798	41,0
Outros municípios da RMSP	11	6,0	250.620	8,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	28	14,0	745.035	24,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	13	7,0	161.264	5,0
Interior de São Paulo (exceto RMSP)	12	6,0	54.825	2,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	11	6,0	83.976	3,0
Nordeste	8	4,0	120.451	4,0
Curitiba	7	4,0	67.483	2,0
Distrito Federal	5	3,0	232.817	8,0
Santa Catarina	5	3,0	22.208	1,0
Outros municípios de Minas Gerais	4	2,0	15.723	1,0
Outros municípios do Rio Grande do Sul	4	2,0	12.976	0,0
Municípios do Centro-Oeste	3	2,0	12.593	0,0
Municípios do Espírito Santo	2	1,0	8.733	0,0
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,0</b>	<b>3.041.502</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Valor Econômico (2013).

A literatura a respeito de aglomerações urbanas argumenta que determinados atributos derivados da concentração de empresas em um certo local (também denominados *fatores locacionais*) contribuem de modo importante para a competitividade das organizações. Os atributos mais mencionados são a difusão de conhecimentos entre diferentes organizações (*knowledge spillovers*), a presença de um mercado de trabalho amplo e

diversificado (*labor market pooling*), o compartilhamento de custos entre diferentes organizações (*input sharing*) e a otimização dos custos de transporte.

Torres (2014, p. 7) apresenta o argumento que justifica, em parte, a escolha locacional das sedes dos grandes bancos privados nacionais e estrangeiros. “A sede de uma organização, além de ser uma figura jurídica, caracterizada normalmente para fins tributários e legais, é também o local onde usualmente está localizado o centro de comando da organização, assim como o eixo nodal daquelas unidades corporativas que precisam estar próximas a esse comando: finanças, jurídico, marketing, vendas, compras, pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação”. Ele alerta, em nota-de-pé-de-página, que o comando da área operacional (produção), embora também seja essencial para as organizações, em alguns casos opera de modo descentralizado, localizado junto às principais fábricas (ou agências bancárias no caso em análise) do grupo. Em bancos, são as Superintendências de Negócios regionais.

Mais do que a difusão de conhecimentos e a presença do *pool* de mão de obra com profissionais de alta qualificação, estar com sede no centro de negócios financeiros (Bolsa de Valores, Banco Central, CVM, Febraban, CIP, Abecip, Abecs, Cetip, Selic, Anbima, etc.) e próximo de sedes de outras grandes organizações e instituições governamentais parece ser de maior relevância para a decisão sobre a localização da sede de uma organização bancária possuidora de rede nacional de agências.

A existência de sedes de grupos econômicos também implica em maior aglomeração dos chamados *serviços de apoio à gestão e produção*. Torres (2014: 8) destaca, nesse caso, como os *processos da economia de aglomeração* se reforçam mutuamente:

1. as empresas voltadas para serviços financeiros, que precisam interagir cotidianamente com a área financeira das grandes organizações;
2. os grandes escritórios de advocacia, que representam legalmente tais organizações e necessitam interagir de modo recorrente com a alta administração e a área jurídica;
3. as agências de publicidade e outras empresas desse segmento (como as de pesquisa de mercado e produtoras de vídeo), que prestam serviços regulares para os departamentos de marketing e comunicação;

4. as empresas de tecnologia da informação, que têm papel crescente na provisão de serviços para organizações de grande porte, cada vez mais dependentes desses serviços, devido tanto à difusão das tecnologias de comunicação e informação, quanto à maior dispersão espacial dessas organizações;

5. o crescente papel das empresas de consultoria, que cobrem diferentes áreas da gestão empresarial (estratégia, contabilidade, logística, etc.).

Em 2015, havia 158 bancos operando na economia brasileira, sendo que 101 tinham sedes no Estado de São Paulo, ou seja, 64%. Na região Sudeste, somavam 125 (79%).

Entretanto, o sistema bancário nacional atingiu uma boa cobertura territorial, em um país semi-continental (48% da América do Sul), pois dos 5.888 municípios apenas 300 municípios (5,4%) estão sem nenhuma dependência bancária, sendo que 202 estão no Nordeste e 35 no Norte. Estima-se que 20% da população estão dispersos em zonas de baixa concentração demográfica, morando em 4.074 municípios com até 20 mil habitantes. Somente 255 municípios possuem mais do que 100 mil habitantes, vivendo neles cerca de 51% dos brasileiros.

Vale observar que o país possui 13 metrópoles com mais de um milhão de habitantes e a 4<sup>a</sup>. maior *megalópole* mundial (e maior do hemisfério sul) na região entre Campos (RJ) e Campinas (SP), inclusive parte da Zona da Mata de Minas Gerais. Nela, em apenas 0,97% do território nacional, reúnem-se 232 municípios em três Estados, cerca de 23% da população brasileira com renda per capita 55% acima da média, gerando 35% do PIB.

Uma *megalópole* é uma extensa região urbanizada, pluri-polarizada por metrópoles conturbadas com forte integração econômica e intensos fluxos de pessoas e mercadorias. Dispõe de meios de transporte rápidos: trens expressos, autopistas e pontes aéreas. Não é apenas uma aglomeração de metrópoles, mas também uma coleção de subúrbios. Nela há *concentração bancária*, pois se trata de uma imensa zona urbanizada que forma um mercado consumidor de grandes dimensões, atraindo atividades econômicas diversificadas e de alta capitalização. Ao mesmo tempo, dentro do espaço da megalópole, apoiado por meios de transportes e comunicação, há alternativas de localização para áreas

residenciais e industriais fora dos congestionados e problemáticos núcleos metropolitanos.

Um argumento comum neste debate sobre concentração bancária é a alegação que o Estado de São Paulo possui 7.132 agências, isto é, 31,2% do total nacional de 22.826, proporção maior do que a de sua população: 21,7%. A notável aproximação com a proporção do PIB (32,1%) indica uma correlação que, hipoteticamente, aponta uma causalidade: concentração econômica causa concentração financeira. Mas alguns analistas invertem a hipótese: esta última causa aquela. Vamos testá-la, lembrando que minha hipótese é que “a demanda efetiva a oferta de crédito”, ou seja, diz respeito à primeira causalidade, mas é um sistema complexo com processo de realimentação.

O Nordeste possui 27,7% da população com apenas 15,9% do total de agências. Parece que o público-alvo dos bancos, tanto Pessoa Física, quanto Pessoa Jurídica, se localiza mais em regiões de maior renda per-capita como o Sudeste (52,3% das agências versus 41,9% da população) e o Sul (18,8% versus 14,3%).

Será que, então, é fundamental ter sede de qualquer banco em sua região ou seu município? Nem sempre correlação indica causalidade. Examinemos o Quadro 7, destacando que “meia-dúzia de cinco bancos” (já que o Bradesco adquiriu o HSBC) detém mais de 2/3 dos ativos totais do sistema bancário brasileiro, 78% dos depósitos totais, e obteve 62% do lucro líquido. Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Caixa e Santander (o grupo BBICS) somam 20.760 ou 90% do total de agências.

Quando comparamos as participações relativas desses agregados por tipo de controle acionário (origem de capital), impressiona a aproximação entre proporções de ativos e de agências: públicos, respectivamente 44,6% e 44,3%; privados nacionais, 37,7% e 39,4%; e estrangeiros, 17,7% e 16,3%. Porém, entre os ativos dos bancos públicos consta que o BNDES, banco de desenvolvimento sem rede própria de agências, contribui com 11,2% dos ativos. Em escala nacional, Banco do Brasil e Caixa compensam essa sua carência de agências. A dedução lógica é que mais vale para o desenvolvimento local receber financiamento do BNDES para algum empreendimento do que ter uma agência bancária em sua cidade!

Quadro 7

Instituição	Cidade	UF	Ativo Total	Particip. %	Depósito Total	Particip. %	Lucro Líquido	Particip. %	Número de agências	Particip. %
1 BB	BRASILIA	DF	1.435.285.204	17,2	464.948.593	22,0	3.115.560	11,3	5.424	23,61
2 BRADESCO	OSASCO	SP	884.768.713	10,6	205.162.090	9,7	4.135.507	15,0	4.601	20,03
3 ITAU	SAO PAULO	SP	1.264.095.531	15,1	341.943.360	16,2	5.945.441	21,6	3.837	16,70
4 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	BRASILIA	DF	1.156.038.883	13,9	440.652.098	20,8	2.742.958	10,0	3.401	14,80
5 SANTANDER	SAO PAULO	SP	707.530.712	8,5	145.768.115	6,9	1.343.210	4,9	2.645	11,51
6 HSBC	CURITIBA	PR	179.522.071	2,2	54.794.153	2,6	-241.092	-0,9	852	3,71
<b>Subtotal</b>			<b>5.627.241.114</b>	<b>67,4</b>	<b>1.652.768.409</b>	<b>78,2</b>	<b>17.041.584</b>	<b>62,0</b>	<b>20.760</b>	<b>90,36</b>
7 BANRISUL	PORTO ALEGRE	RS	64.355.698	0,8	37.207.114	1,8	359.331	1,3	534	2,32
8 BCO DO NORDESTE DO BR.	FORTALEZA	CE	41.524.455	0,5	10.556.346	0,5	42.816	0,2	299	1,30
9 MERCANTIL DO BRASIL	BELO HORIZONTE	MG	12.445.415	0,1	7.779.916	0,4	14.104	0,1	188	0,82
10 BANESTES	VITORIA	ES	17.777.742	0,2	8.797.075	0,4	39.507	0,1	134	0,58
11 CITIBANK	SAO PAULO	SP	80.634.149	1,0	14.032.123	0,7	211.159	0,8	127	0,55
12 BCO DA AMAZONIA S.A.	BELEM	PA	12.073.790	0,1	3.279.501	0,2	75.057	0,3	124	0,54
13 BRB	BRASILIA	DF	13.530.114	0,2	8.892.727	0,4	20.507	0,1	116	0,50
14 SAFRA	SAO PAULO	SP	144.985.236	1,7	10.352.474	0,5	433.104	1,6	107	0,47
15 BCO DO EST. DO PA S.A.	BELEM	PA	5.290.804	0,1	3.835.813	0,2	34.160	0,1	87	0,38
16 BCO DO EST. DE SE S.A.	ARACAJU	SE	3.785.257	0,0	2.837.653	0,1	20.138	0,1	63	0,27
17 INTERMEDIUM	BELO HORIZONTE	MG	2.333.474	0,0	1.007.282	0,0	9.234	0,0	43	0,19
18 BCO TRIANGULO S.A.	UBERLANDIA	MG	2.310.203	0,0	1.052.300	0,0	17.316	0,1	42	0,18
19 BCO DAYCOVAL S.A	SAO PAULO	SP	21.946.763	0,3	4.755.411	0,2	85.564	0,3	40	0,17
20 BIC	SAO PAULO	SP	16.815.109	0,2	4.981.913	0,2	24.041	0,1	34	0,15
21 BMG	BELO HORIZONTE	MG	17.769.378	0,2	5.637.961	0,3	33.195	0,1	21	0,09
22 SOFISA	SAO PAULO	SP	4.309.684	0,1	2.391.811	0,1	29.901	0,1	17	0,07
23 BCO RABOBANK INTL BRASIL	SAO PAULO	SP	24.684.968	0,3	1.014.441	0,0	15.853	0,1	17	0,07
24 VOTORANTIM	SAO PAULO	SP	110.542.988	1,3	4.826.490	0,2	136.935	0,5	14	0,06
25 BANIF	SAO PAULO	SP	931.136	0,0	454.670	0,0	128.307	0,5	13	0,06
26 PINE	SAO PAULO	SP	9.981.715	0,1	1.866.472	0,1	10.363	0,0	10	0,04
27 BNP PARIBAS	SAO PAULO	SP	48.864.179	0,6	3.834.868	0,2	113.671	0,4	10	0,04
28 BTG PACTUAL	RIO DE JANEIRO	RJ	283.587.786	3,4	100.972.417	4,8	1.848.047	6,7	9	0,04
<b>Subtotal</b>			<b>6.567.721.157</b>	<b>78,7</b>	<b>1.892.221.917</b>	<b>89,5</b>	<b>20.743.894</b>	<b>75,4</b>	<b>22.809</b>	<b>99,28</b>
<b>Bancos de Desenvolvimento</b>				0,0		0,0		0,0		
1 BNDES	RIO DE JANEIRO	RJ	937.837.984	11,2	15.285.455	0,7	3.124.459	11,4	0	0
2 BES	RIO DE JANEIRO	RJ	5.958.844	0,1	1.492.310	0,1	4.059	0,0	0	0
3 BD REG. DO EXTREMO SUL	PORTO ALEGRE	RS	14.425.237	0,2	0	0,0	42.722	0,2	0	0
4 BCO INDUSCRED DE INVESTIM	SAO PAULO	SP	25.338	0,0	4.545	0,0	-556	0,0	0	0
5 BCO DES. DO ES S.A.	VITORIA	ES	1.509.328	0,0	33.349	0,0	3.762	0,0	0	0
6 BCO DES. DE MG S.A.	BELO HORIZONTE	MG	7.212.047	0,1	142.270	0,0	25.400	0,1	0	0
<b>Subtotal</b>			<b>966.968.778</b>	<b>11,6</b>						
<b>Tipo de controle acionário</b>				0,0		0,0		0,0		
0 - Não classificado			24.273	0,0	5.604	0,0	-103	0,0	0	0
1 - Público			3.721.414.670	44,6	995.968.041	47,1	9.683.641	35,2	10.182	44,32
2 - Privado Nacional			3.145.349.712	37,7	841.647.954	39,8	14.754.972	53,7	9.058	39,43
3 - Privado Estrangeiro			1.478.900.969	17,7	276.247.037	13,1	3.060.906	11,1	3.735	16,26
<b>Total</b>			<b>8345689624</b>	<b>100,0</b>	<b>2113868636</b>	<b>100,0</b>	<b>27499416</b>	<b>100,0</b>	<b>22975</b>	<b>100,00</b>

Data-base: Setembro 2015 - SCR processado até: 30/11/2015  
Valores monetários em R\$ mil

Essa proposição é confirmada pelo Quadro 8, onde se registra a maior possibilidade de receber crédito de algum banco dos BBICS e/ou do BNDES, já que eles fizeram 80,2% das operações de crédito registradas contabilmente em setembro de 2015. Considerando cada “Market-share” em crédito, bancos públicos concederam 53,6%, privados nacionais, 33,4%, e estrangeiros, 12,9%. Nessa conjuntura de crise, os públicos tiveram uma atuação anticíclica (Costa; 2015), financiando os empreendimentos realizados e irrigando de liquidez os mercados de todas regiões. A aversão ao risco explica a retração dos privados? Ou foi, como sempre dizem os pós-keynesianos, “preferência pela liquidez dos bancos”?

No sentido da argumentação pós-keynesiana, os privados nacionais têm 46,6% do valor total das carteiras de Títulos e Valores Mobiliários, os estrangeiros, 22,2%, e os públicos, 31,1%. Então, é necessário qualificar os argumentos, pois se essas carteiras são supostas indicadoras de “preferências pela liquidez”, elas são de porte distinto por origem de capital. Políticas públicas não são feitas em função das expectativas do mercado, mas sim para

alcançar os objetivos socioeconômicos planejados. Cabe falar em preferência pela liquidez no caso de bancos públicos?

Quadro 8

Instituição	Cidade	UF	Ativo Total	%	TVM	%	Oper. Créd.	%
1 BB	BRASILIA	DF	1.435.285.204	17,2	125.943.887	8,6	681.184.267	20,2
2 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	BRASILIA	DF	1.156.038.883	13,9	173.702.930	11,8	654.939.496	19,4
3 ITAU	SAO PAULO	SP	1.264.095.531	15,1	245.464.760	16,7	425.715.955	12,6
4 BNDES	RIO DE JANEIRO	RJ	937.837.984	11,2	105.717.675	7,2	383.620.578	11,4
5 BRADESCO	OSASCO	SP	884.768.713	10,6	176.463.119	12,0	333.368.198	9,9
6 SANTANDER	SAO PAULO	SP	707.530.712	8,5	154.936.455	10,5	225.454.857	6,7
7 BTG PACTUAL	RIO DE JANEIRO	RJ	283.587.786	3,4	89.291.037	6,1	73.612.014	2,2
8 HSBC	CURITIBA	PR	179.522.071	2,2	39.380.164	2,7	59.352.169	1,8
9 VOTORANTIM	SAO PAULO	SP	110.542.988	1,3	33.290.299	2,3	48.767.649	1,4
10 SAFRA	SAO PAULO	SP	144.985.236	1,7	43.956.548	3,0	47.580.999	1,4
11 BANRISUL	PORTO ALEGRE	RS	64.355.698	0,8	19.811.749	1,3	29.624.869	0,9
12 BCO VOLKSWAGEN S.A	SAO PAULO	SP	23.206.503	0,3	1.072.667	0,1	19.636.760	0,6
13 PAN	SAO PAULO	SP	26.348.242	0,3	2.180.430	0,1	16.603.336	0,5
14 CITIBANK	SAO PAULO	SP	80.634.149	1,0	24.999.380	1,7	14.040.925	0,4
15 BCO COOPERATIVO SICREDI	PORTO ALEGRE	RS	29.737.675	0,4	5.830.290	0,4	13.934.598	0,4
16 BCO RABOBANK INTL BRASIL	SAO PAULO	SP	24.684.968	0,3	1.629.784	0,1	13.578.718	0,4
17 BCO DO NORDESTE DO BRASIL	FORTALEZA	CE	41.524.455	0,5	12.647.823	0,9	13.195.609	0,4
18 BD REGIONAL DO EXTREMO	PORTO ALEGRE	RS	14.425.237	0,2	2.198.416	0,1	12.032.779	0,4
19 ABC-BRASIL	SAO PAULO	SP	26.560.285	0,3	5.070.530	0,3	11.513.974	0,3
20 BCO GMAC S.A.	SAO PAULO	SP	13.766.964	0,2	176.991	0,0	11.387.752	0,3
21 BCO DAYCOVAL S.A	SAO PAULO	SP	21.946.763	0,3	1.850.699	0,1	11.136.309	0,3
<b>Subtotal</b>			<b>7.471.386.047</b>	<b>89,5</b>	<b>1.265.615.633</b>	<b>86,1</b>	<b>3.100.281.811</b>	<b>91,8</b>
<b>Tipo de controle acionário</b>				<b>0,0</b>		<b>0,0</b>		<b>0,0</b>
0 - Não classificado			24.273	0,0	34	0,0	19.167	0,0
1 - Público			3.721.414.670	<b>44,6</b>	458.108.356	<b>31,1</b>	1.810.788.768	<b>53,6</b>
2 - Privado Nacional			3.145.349.712	<b>37,7</b>	685.911.875	<b>46,6</b>	1.128.238.680	<b>33,4</b>
3 - Privado Estrangeiro			1.478.900.969	<b>17,7</b>	326.725.468	<b>22,2</b>	436.378.676	<b>12,9</b>
<b>Total</b>			<b>8.345.689.624</b>	<b>100,0</b>	<b>1.470.745.733</b>	<b>100,0</b>	<b>3.375.425.291</b>	<b>100,0</b>

Data-base: Setembro 2015 - Balancetes processados até: 30/11/2015

Valores monetários em R\$ mil

Outro dado impressionante (e antes raro) está no Quadro 9 com a quantidade de clientes das carteiras de crédito dos oito maiores, neste caso, incluindo o Votorantim (quase 50% das ações possuídas pelo Banco do Brasil) e o Pan (idem em relação à Caixa). Eles atenderam 87% do total de clientes, açambarcando 90% das operações de crédito. Os bancos acima da 20ª. posição neste ranking de quantidade de clientes e operações de crédito dos 40 maiores são bancos de atacado ou têm dimensão local. Não são bancos de varejo de escala nacional.

Quadro 9

Instituição	Cidade	UF	Quantidade de Clientes	%	Quantidade de Operações	%
1 ITAU	SAO PAULO	SP	28.386.167	25	138.578.626	28
2 BRADESCO	OSASCO	SP	23.378.975	20	141.060.145	28
3 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	BRASILIA	DF	14.672.591	13	54.492.631	11
4 BB	BRASILIA	DF	12.530.906	11	48.918.835	10
5 SANTANDER	SAO PAULO	SP	9.762.909	8	33.386.151	7
6 HSBC	CURITIBA	PR	4.751.362	4	20.215.775	4
7 VOTORANTIM	SAO PAULO	SP	4.070.532	4	7.034.695	1
8 PAN	SAO PAULO	SP	1.758.391	2	4.449.229	1
9 BCO CSF S.A.	SAO PAULO	SP	1.727.633	2	5.153.332	1
10 BANRISUL	PORTO ALEGRE	RS	1.624.403	1	5.614.577	1
11 BNP PARIBAS	SAO PAULO	SP	1.504.782	1	7.251.061	1
12 BMG	BELO HORIZONTE	MG	1.438.520	1	3.859.213	1
13 MERCANTIL DO BRASIL	BELO HORIZONTE	MG	854.764	1	2.178.633	0

Continua...

Quadro 9 – Continuação

Instituição	Cidade	UF	Quantidade de Clientes	%	Quantidade de Operações	%
14 BCO DO NORDESTE DO BR.	FORTALEZA	CE	752.541	1	1.043.527	0
15 BCO DAYCOVAL S.A	SAO PAULO	SP	733.342	1	1.592.826	0
16 CITIBANK	SAO PAULO	SP	694.198	1	4.764.309	1
17 BCO GMAC S.A.	SAO PAULO	SP	621.789	1	672.980	0
18 BCO VOLKSWAGEN S.A	SAO PAULO	SP	592.981	1	735.181	0
19 SOCIETE GENERALE	SAO PAULO	SP	591.600	1	2.838.971	1
20 SAFRA	SAO PAULO	SP	488.312	0	754.569	0
21 HONDA	SAO PAULO	SP	476.840	0	496.504	0
22 BANCOOB	BRASILIA	DF	406.798	0	906.472	0
23 J.MALUCELLI	CURITIBA	PR	394.941	0	1.633.066	0
24 BRB	BRASILIA	DF	265.620	0	1.159.830	0
25 BANESTES	VITORIA	ES	249.803	0	832.793	0
26 BCO DO EST. DE SERGIPE	ARACAJU	SE	197.485	0	592.793	0
27 ALFA	SAO PAULO	SP	192.249	0	390.365	0
28 BIC	SAO PAULO	SP	166.957	0	314.529	0
29 INTERMEDIUM	BELO HORIZONTE	MG	164.236	0	342.339	0
30 BANCO SEMEAR	BELO HORIZONTE	MG	162.264	0	616.721	0
31 BCO TOYOTA DO BRASIL	SAO PAULO	SP	133.053	0	147.178	0
32 BCO YAMAHA MOTOR S.A.	GUARULHOS	SP	113.887	0	132.263	0
33 BCO FIBRA S.A.	SAO PAULO	SP	109.056	0	367.458	0
34 BCO A.J. RENNER S.A.	PORTO ALEGRE	RS	93.912	0	142.143	0
35 BCO COOPERATIVO SICREDI	PORTO ALEGRE	RS	90.520	0	290.906	0
36 PSA FINANCE	SAO PAULO	SP	86.026	0	173.036	0
37 BCO DA AMAZONIA S.A.	BELEM	PA	70.025	0	92.556	0
38 BCO TRIANGULO S.A.	UBERLANDIA	MG	69.808	0	2.205.121	0
39 BANCO BONSUCESSO S.A.	BELO HORIZONTE	MG	53.546	0	127.997	0
40 ORIGINAL	SAO PAULO	SP	52.191	0	393.386	0
41 BCO DE LAGE LANDEN BR.	PORTO ALEGRE	RS	52.141	0	78.867	0

Data-base: Setembro 2015 - Balançetes processados até: 30/11/2015

Valores monetários em R\$ mil Fonte: BCB (elab. por FNC)

O que adianta ter um pequeno banqueiro próximo se ele cuida apenas da gestão da fortuna de seus donos? Existem “bancos” e “banquetas”...

Na verdade, cada um dos BBICS tem seu “nicho de mercado”. Suas participações no mercado de crédito destacam a “cultura da empresa” de cada qual. Destaque imediato, no Quadro 10, é os 74% de *Market-share* no crédito imobiliário da Caixa. Mesmo que o Banco do Brasil tenha iniciado a operar também essa atividade e eleve a soma de bancos públicos para 82,5% do financiamento habitacional, a Caixa é um tradicional “banco imobiliário”. Também o Banco do Brasil é o costumeiro fornecedor de crédito agrícola: 61% do total. O Itaú se destaca em cartão de crédito (ou crédito rotativo) com 35% e crédito no exterior com 34%. Como o mais forte do conglomerado Bradesco é a seguradora, que o Banco Central não consolida como atividade bancária, ele não é dominante em nenhum desses nichos, embora tenha razoável participação em quase todos, exceto crédito ao exterior. O Santander (com 18%) disputa o crédito à aquisição de veículos com o Votorantim (17%) e, dada sua origem estrangeira, tem 20% do crédito ao exterior. Aliás, este é o foco quase exclusivo do BTG Pactual, pois ele domina 39% desse mercado e dedica 96% de sua atividade bancária a exterior.

Quadro 10  
Carteira de crédito ativa de pessoa física por modalidade – Acima de R\$ 10 bilhões

Instituição	Cidade	UF	Total da Carteira PF	Empréstimo com Consig.	Empréstimo sem Consig.	Veículos	Habitação	Cartão de Crédito	Rural e Anroind.	Outros Créditos	Exterior
1 CAIXA ECON. FED.	BRASILIA	DF	473.059.299	58.253.122	9.341.749	11.435.051	361.735.940	9.943.077	4.355.872	17.994.488	
2 BB	BRASILIA	DF	284.383.369	61.796.082	27.443.069	8.105.466	34.847.821	21.566.488	121.128.493	6.852.575	2.643.374
3 ITAU	SAO PAULO	SP	206.035.801	45.694.210	12.964.361	21.378.479	30.727.963	55.052.120	456.639	17.518.137	22.243.892
4 BRADESCO	OSASCO	SP	143.081.819	33.848.536	12.923.526	22.421.938	20.137.830	25.312.419	15.358.606	12.019.929	1.059.034
5 SANTANDER	SAO PAULO	SP	125.620.592	13.415.375	7.036.939	30.616.183	25.156.191	17.899.669	3.475.247	14.852.837	13.168.151
6 VOTORANTIM	SAO PAULO	SP	34.872.499	5.051.338	128.381	28.207.665		1.144.007	129.649	211.460	
7 BTG PACTUAL	RIO DE JANEIRO	RJ	26.464.466		885.171				46.713	113.341	25.419.241
8 HSBC	CURITIBA	PR	21.530.907	1.206.652	5.663.526	1.810.032	5.811.887	3.647.489	1.557.535	1.594.815	238.971
9 BANRISUL	PORTO ALEGRE	RS	15.943.975	8.269.679	1.341.621	129.350	2.977.379	136.764	1.782.506	1.306.676	
10 PAN	SAO PAULO	SP	13.125.338	4.944.638	46.481	5.673.379	195.015	1.322.282		943.543	
<b>Market-share em %</b>											
1 CAIXA ECON. FED.	BRASILIA	DF	31	22	9	7	74	6	2	19	0
2 BB	BRASILIA	DF	18	23	26	5	7	14	61	7	4
3 ITAU	SAO PAULO	SP	13	17	12	13	6	35	0	18	34
4 BRADESCO	OSASCO	SP	9	13	12	13	4	16	8	12	2
5 SANTANDER	SAO PAULO	SP	8	5	7	18	5	11	2	15	20
6 VOTORANTIM	SAO PAULO	SP	2	2	0	17	0	1	0	0	0
7 BTG PACTUAL	RIO DE JANEIRO	RJ	2	0	1	0	0	0	0	0	39
8 HSBC	CURITIBA	PR	1	0	5	1	1	2	1	2	0
9 BANRISUL	PORTO ALEGRE	RS	1	3	1	0	1	0	1	1	0
10 PAN	SAO PAULO	SP	1	2	0	3	0	1	0	1	0
<b>Subtotal</b>			<b>87</b>	<b>87</b>	<b>74</b>	<b>76</b>	<b>99</b>	<b>86</b>	<b>75</b>	<b>76</b>	<b>99,8</b>
<b>Tipo de controle acionário</b>											
0 - Não classificado			18,44%	0	68	0	0	17	137	61	0
% de Não classificado			0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0,01%	0,00%	0
1 - Público			796.349.864	134.314.886	40.592.095	20.052.547	400.596.054	32.152.175	135.818.620	30.180.113	2.643.374
% de Público			51,51%	50,04%	38,72%	11,79%	82,50%	20,37%	68,76%	31,20%	4,07%
2 - Privado Nacional			534.147.332	113.989.008	49.315.785	91.159.713	53.116.315	94.104.756	40.451.619	43.156.518	48.853.617
% de Privado Nacional			34,55%	42,46%	47,04%	53,59%	10,94%	59,62%	20,48%	44,61%	75,25%
3 - Privado Estrangeiro			215.449.148	20.127.514	14.935.560	58.886.492	31.839.813	31.577.181	21.249.396	23.405.513	13.427.679
% de Privado Estrangeiro			13,94%	7,50%	14,25%	34,62%	6,56%	20,01%	10,76%	24,19%	20,68%
Total			1.545.964.790	268.431.408	104.843.508	170.098.752	485.552.182	157.834.129	197.519.772	96.742.205	64.924.670

Fonte: BCB (elab. por FNC) - Data-base: Setembro 2015 - SCR processado até: 30/11/2015

Valores monetários em R\$ mil

A contrapartida desse Quadro 10, cuja leitura prioritária é por colunas, é o Quadro 11, quanto à Pessoa Física, que deve ser lido por linhas. Na horizontal, constatamos que financiamento habitacional representa 76% da carteira de crédito da Caixa, tendo além disso só alguma expressão (12%) o empréstimo com consignação em folha de pagamento. O Banco do Brasil, assim como o Itaú (22%) e o Bradesco (24%), também se dedica bem (22%) esse empréstimo com baixo risco. Mas seu negócio preferencial é o crédito rural e agroindustrial, pois constitui 43% de sua carteira. Para o Itaú, 27% de seu crédito é concedido via cartões. Quase ¼ (24%) do crédito do Santander é financiamento de veículos, enquanto o Votorantim com 81% dedica-se quase exclusivamente a esse negócio bancário.

Por ser um crédito concedido em longo prazo, o financiamento habitacional constitui a maior parcela (31%) da soma das carteiras de todos os bancos. Em segundo lugar, vem o empréstimo com consignação em folha de pagamento com 17%.

Quadro 11

Carteira de crédito ativa de pessoa física por modalidade – Percentual em nichos de mercado

Instituição	Cidade	UF	Total da Carteira PF	Empréstimo com Consig.	Empréstimo sem Consig.	Veículos	Habitação	Cartão de Crédito	Rural e Agroind.	Outros Créditos	Exterior
1 CAIXA ECON. FED.	BRASILIA	DF	100	12	2	2	76	2	1	4	0
2 BB	BRASILIA	DF	100	22	10	3	12	8	43	2	1
3 ITAU	SAO PAULO	SP	100	22	6	10	15	27	0	9	11
4 BRADESCO	OSASCO	SP	100	24	9	16	14	18	11	8	1
5 SANTANDER	SAO PAULO	SP	100	11	6	24	20	14	3	12	10
6 VOTORANTIM	SAO PAULO	SP	100	14	0	81	0	3	0	1	0
7 BTG PACTUAL	RIO DE JANEIRO	RJ	100	0	3	0	0	0	0	0	96
8 HSBC	CURITIBA	PR	100	6	25	8	27	17	7	7	1
9 BANRISUL	PORTO ALEGRE	RS	100	52	8	1	19	1	11	8	0
10 PAN	SAO PAULO	SP	100	38	0	43	1	10	0	7	0
<b>Tipo de controle acionário</b>											
1 - Público			100	17	5	3	50	4	17	4	0
2 - Privado Nacional			100	21	9	17	10	18	8	8	9
3 - Privado Estrangeiro			100	9	7	27	15	15	10	11	6
<b>Total</b>			<b>100</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>31</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

Fonte: BCB (elab. por FNC) - Data-base: Setembro 2015 - SCR processado até: 30/11/2015  
Valores monetários em R\$ mil

No que se refere ao crédito à Pessoa Jurídica, pela ordem do ranking (leitura vertical do Quadro 12), o Banco do Brasil domina investimento (51%), além do crédito rural e agroindustrial (25%). Mais da metade (55%) do financiamento à infraestrutura é concedido pelo BNDES. A preferência do Itaú é o crédito à Pessoa Jurídica no exterior, pois controla 39%. O Bradesco tem boa parcela do capital de giro rotativo (22%) e maior do crédito habitacional para Pessoa Jurídica (31%), provavelmente, construtoras e incorporadoras. A Caixa tem 1/5 desse tipo de cliente enquanto o Santander tem 16%.

Por origem de capital, bancos públicos dominam amplamente o crédito à Pessoa Jurídica para investimento (58%), outros créditos (59%), financiamento à infraestrutura (81%). Bancos privados nacionais são

expressivos nas demais operações de crédito, mas em conjunto dominam capital de giro rotativo (56,5%), crédito rural e agroindustrial (50,3%), financiamento habitacional à Pessoa Jurídica (50,5%), e a empresas no exterior (76%). Os bancos estrangeiros só superam os nacionais, ligeiramente, em operações com recebíveis (42% contra 41%).

Quadro 12

Carteira de crédito ativa de pessoa jurídica por modalidade acima de R\$ 14 bilhões

Instituição	Cidade	UF	Total da Carteira PJ	Capital de Giro	Investimento	Capital de Giro Rotativo	Operações com Recebíveis	Comércio Exterior	Outros Créditos	Financ. de Infraestrutura	Rural e Agroindustrial	Habitacional	Exterior	
1	BB	BRASILIA	DF	408.636.830	80.362.067	64.457.430	4.211.374	12.409.916	18.121.565	52.764.188	88.273.347	15.065.307	5.588.421	67.383.216
2	BNDES	RIO DE JANEIRO	RJ	393.630.588							382.811.157		819.431	
3	ITAU	SAO PAULO	SP	351.996.566	38.704.228	14.405.800	10.260.526	12.102.731	12.317.579	12.664.745	39.453.352	8.679.511	10.828.583	192.579.512
4	BRADESCO	OSASCO	SP	291.334.425	42.100.285	9.388.659	12.154.028	10.649.729	23.619.902	9.908.085	29.823.078	5.945.257	18.273.886	129.471.516
5	CAIXA	BRASILIA	DF	186.239.680	56.627.526	4.087.816	5.796.630	1.380.634	14.986.830	10.439.609	81.234.593		11.726.053	
6	SANTANDER	SAO PAULO	SP	135.574.645	34.661.912	6.863.293	7.085.922	15.401.462	12.241.168	5.767.636	12.223.646	2.427.795	9.562.561	29.239.249
7	HSBC	CURITIBA	PR	49.568.664	13.490.568	1.292.346	2.439.570	4.910.928	8.715.591	640.649	3.009.715	2.966.197	1.412.528	10.690.572
8	BTG PACTUAL	RIO DE JANEIRO	RJ	47.839.894	4.009.712		16.028	869.624	2.352.356	124.970	2.311.394		37.955.810	
9	SARAA	SAO PAULO	SP	47.545.613	13.134.411	2.164.501	1.434.699	2.647.897	6.035.910	312.383	6.625.867	571.428	363.028	14.257.469
10	VOTORANTIM	SAO PAULO	SP	17.202.880	3.360.583	1.172.987	2.983	134.020	4.681.587	1.538.987	3.104.679	298.197		2.908.857
11	BANRISUL	PORTO ALEGRE	RS	14.420.621	6.442.804	146.898	1.508.957	545.571	1.478.538	1.016.039	1.829.312	418.929	762.767	270.807
12	CITIBANK	SAO PAULO	SP	14.200.739	3.270.603	343.625	975.889	2.257.835	5.035.815	355.560	359.780	1.601.633		
<b>Market-share em %</b>														
1	BB	BRASILIA	DF	19	23	5	8	15	13	48	13	25	10	13
2	BNDES	RIO DE JANEIRO	RJ	18	0	0	0	0	0	0	55	1	0	0
3	ITAU	SAO PAULO	SP	16	11	11	19	14	9	11	6	14	18	39
4	BRADESCO	OSASCO	SP	13	12	7	22	13	17	9	4	10	31	26
5	CAIXA	BRASILIA	DF	9	16	3	10	2	11	9	12	0	20	0
6	SANTANDER	SAO PAULO	SP	6	10	5	13	18	9	5	2	4	16	6
7	HSBC	CURITIBA	PR	2	4	1	4	6	6	1	0	5	2	2
8	BTG PACTUAL	RIO DE JANEIRO	RJ	2	1	0	0	1	2	0	0	0	0	8
9	SARAA	SAO PAULO	SP	2	4	2	3	4	4	0	1	1	3	0
10	VOTORANTIM	SAO PAULO	SP	1	1	0	0	0	3	1	0	0	1	0
11	BANRISUL	PORTO ALEGRE	RS	1	2	0	3	1	1	1	0	1	1	0
12	CITIBANK	SAO PAULO	SP	1	1	0	2	3	4	0	0	3	0	0
<b>Tipo de controle acionário</b>														
0	Não classificado													
	% de Não classificado													
	0,00%	722	9	0	15	282	0	364	0	0,00%	0	52	0	0
1	Público													
	% de Público													
	1.029.365.376	149.352.916	0	73.640.091	12.286.223	14.601.752	35.892.633	65.659.263	571.066.717	21.069.903	18.142.855	67.654.023	0	0
	47,01%	42,91%	0,00%	22,18%	22,18%	17,35%	25,16%	59,12%	81,35%	34,85%	30,85%	13,64%		
2	Privado Nacional													
	% de Privado Nacional													
	852.904.140	138.632.597	33.38.102	31.301.652	34.325.975	56.471.949	31.928.263	86.982.603	30.570.776	29.688.108	379.564.104	29.688.108	379.564.104	
	38,95%	39,83%	26,27%	48,63%	40,79%	39,58%	28,75%	12,39%	50,27%	50,48%	75,98%			
3	Privado Estrangeiro													
	% de Privado Estrangeiro													
	307.611.748	60.078.300	20.230.882	11.790.906	35.228.941	50.269.298	13.466.648	43.942.903	9.172.382	10.975.089	52.456.400	10,50%	10,50%	
	14,05%	17,26%	15,89%	21,29%	41,86%	35,24%	12,13%	12,39%	15,08%	18,66%	18,66%	10,50%	10,50%	
Total	2.189.861.264	348.063.913	127.309.075	55.377.781	94.156.968	142.653.880	111.054.174	701.992.223	60.813.061	58.806.052	499.674.527			

Fonte: PCB (elab. por FNC) - Data-base: Setembro 2015 - SCR processado até: 30/11/2015

Valores monetários em R\$ mil

No Quadro 13, com a carteira de crédito ativa por região geográfica (local da sede e destino do crédito em %), conseguimos vislumbrar o “grau de bairrismo” de bancos locais e/ou regionais. O banco “bairrista” – aquele que devota afeição especial ou exagerada à sua cidade ou ao seu estado e tem atitudes de menosprezo para com as demais cidades ou os demais estados – está principalmente no Nordeste, na medida que 72% de suas operações de crédito destinam-se à própria região. Os bancos com sedes no Sul concedem 46% do total de seu crédito na própria região. Diferentemente, o Banco da Amazônia (Banco da Amazônia, um banco público) concede 37% de suas operações de crédito a clientes do Sudeste. Provavelmente, operam na Zona Franca de Manaus por causa dos incentivos fiscais e creditícios. O único banco autenticamente do Centro-Oeste é o BRB (Banco Regional de Brasília). Ele concentra 94% de suas operações de crédito na própria região.

Quadro 13

Instituição	UF	Cidade	Total Geral	Sudeste	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sul	Não Inf.	Exterior
J.MALUCELLI	PR	CURITIBA	100	26	4	3	1	64	2	0
HSBC	PR	CURITIBA	100	45	8	7	3	20	2	15
PETRA	PR	CURITIBA	100	23	27	8	4	38	0	0
BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A	PR	CURITIBA	100	23	27	8	4	38	0	0
MS BANK S.A. BCO DE CÂMBIO	PR	CURITIBA	100	36	11	13	6	34	0	0
BCO VOLVO BRASIL S.A.	PR	CURITIBA	100	1	0	0	0	99	0	0
BCO MAXINVEST S.A.	PR	CURITIBA	100	14	1	4	1	78	1	1
BANRISUL	RS	PORTO ALEGRE	100	0	26	0	0	73	0	0
BCO COOPERATIVO SICREDI S.A.	RS	PORTO ALEGRE	100	30	21	9	3	38	0	0
BCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.	RS	PORTO ALEGRE	100	46	7	15	8	23	0	0
BANCO MONEO S.A.	RS	CAXIAS DO SUL	100	19	7	8	2	45	19	0
BANCO TOPAZIO S.A.	RS	PORTO ALEGRE	100	50	3	15	4	28	0	0
BANCO VÍPAL	RS	PORTO ALEGRE	100	48	9	4	4	35	0	0
BANCO RONDON S.A.	RS	CAXIAS DO SUL	100	2	0	0	0	98	0	0
NOVO BCO CONTINENTAL S.A. - BM	RS	PORTO ALEGRE	100	4	2	0	0	94	0	0
BD REGIONAL DO EXTREMO SUL	RS	PORTO ALEGRE	100	14	1	1	0	82	2	0
BCO A.J. RENNER S.A.	RS	PORTO ALEGRE	100	29	9	5	2	46	1	8
<b>REGIÃO SUL</b>			100	37	22	13	25	2	0	0
BCO DA AMAZONIA S.A.	PA	BELEM	100	37	22	13	25	2	0	0
BCO DO EST. DO PA S.A.	PA	BELEM	100	37	22	13	25	2	0	0
<b>REGIÃO NORTE</b>			100	37	22	13	25	2	0	0
BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	CE	FORTALEZA	100	18	4	76	1	1	0	0
BANCO AZTECA DO BRASIL S.A.	PE	RECIFE	100	1	0	56	0	0	44	0
BANCO GERADOR S.A.	PE	RECIFE	100	8	3	56	21	0	11	0
BCO DO EST. DE SE S.A.	SE	ARACAJU	100	0	0	96	0	0	4	0
BBM	BA	SALVADOR	100	59	17	10	0	12	0	2
BCO CAPITAL S.A.	BA	SALVADOR	100	0	0	100	0	0	0	0
<b>REGIÃO NORDESTE</b>			100	19	5	72	1	2	1	0
BRB	DF	BRASILIA	100	5	94	1	0	0	0	0
BB	DF	BRASILIA	100	47	11	11	4	17	0	10
BANCOOB	DF	BRASILIA	100	61	8	1	6	24	1	0
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	DF	BRASILIA	100	50	12	16	4	18	0	0
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>			100	48	12	13	4	17	0	5

O caso dos bancos do Sudeste é distinto? Segundo o Quadro 14, Banestes (96%) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (99%) concentram quase a totalidade de suas operações na própria região, assim com o BDMG (97%). Há três bancos cariocas 100% cariocas. E o BTG Pactual, sediado no Rio de Janeiro, concede 85% no exterior. Mas, desconsiderando os bancos sediados no Estado de São Paulo, 54% das operações de crédito dos bancos do restante do Sudeste são na própria região. Os paulistas, como um todo, colocam 43% no Sudeste e 26% no exterior. Confira no Quadro 15.

Quadro 14

Instituição	UF	Cidade	Total Geral	Sudeste	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sul	Não Inf.	Exterior
BANESTES	ES	VITÓRIA	100	96	0	1	2	0	1	0
BCO DES. DO ES S.A.	ES	VITÓRIA	100	99	0	0	0	0	0	0
MERCANTIL DO BRASIL	MG	BELO HORIZONTE	100	73	5	13	1	6	2	0
BMG	MG	BELO HORIZONTE	100	34	9	2	1	8	46	0
INTERMEDIUM	MG	BELO HORIZONTE	100	66	11	10	1	10	3	0
BCO POTENTIAL S.A.	MG	BELO HORIZONTE	100	87	0	2	0	11	0	0
BANCO SEMEAR	MG	BELO HORIZONTE	100	45	16	5	4	3	27	0
BCO TRIANGULO S.A.	MG	UBERLANDIA	100	36	8	22	10	8	16	0
BCO DES. DE MG S.A.	MG	BELO HORIZONTE	100	97	1	1	0	1	0	0
BANCO FIDIS	MG	BETIM	100	46	12	18	5	19	0	0
BANCO BONSUCESSO S.A.	MG	BELO HORIZONTE	100	61	5	14	6	8	6	0
BTG PACTUAL	RJ	RIO DE JANEIRO	100	9	4	1	0	1	0	85
MÁXIMA	RJ	RIO DE JANEIRO	100	0	0	0	0	0	100	0
OPPORTUNITY	RJ	RIO DE JANEIRO	100	52	3	11	1	12	0	22
BES	RJ	RIO DE JANEIRO	100	52	3	11	1	12	0	22
BNY MELLON	RJ	RIO DE JANEIRO	100	52	3	11	1	12	0	22
BRASIL PLURAL	RJ	RIO DE JANEIRO	100	100	0	0	0	0	0	0
BCO MODAL S.A.	RJ	RIO DE JANEIRO	100	77	0	11	4	8	0	0
BCO CLASSICO S.A.	RJ	RIO DE JANEIRO	100	64	2	25	3	5	0	0
BCO GUANABARA S.A.	RJ	RIO DE JANEIRO	100	64	2	25	3	5	0	0
BCO CEDULA S.A.	RJ	RIO DE JANEIRO	100	100	0	0	0	0	0	0
BNDES	RJ	RIO DE JANEIRO	100	61	9	11	2	7	10	0
BANCO IBM S.A.	RJ	RIO DE JANEIRO	100	86	1	5	2	6	0	0
BANCO PORTO REAL DE INVEST.S.A	RJ	PORTO REAL	100	100	0	0	0	0	0	0
BCO ARBI S.A.	RJ	RIO DE JANEIRO	100	86	0	5	0	8	0	0
<b>REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO</b>			100	54	8	9	1	6	9	13

Quadro 15

Instituição	UF	Cidade	Total Geral	Sudeste	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sul	Não Inl.	Exterior		
BRASESCO	SP	OSASCO	100	39	6	10	3	10	2	30		
ITAU	SP	SAO PAULO	100	38	4	7	2	9	1	38		
SAFRA	SP	SAO PAULO	100	45	6	7	2	13	1	26		
JP MORGAN CHASE	SP	SAO PAULO	100	82	2	6	1	10	0	0		
BANIF	SP	SAO PAULO	100	22	0	38	0	10	30	0		
SANTANDER	SP	SAO PAULO	100	55	5	8	2	12	1	16		
CITIBANK	SP	SAO PAULO	100	72	5	6	2	15	1	0		
CREDIT SUISSE	SP	SAO PAULO	100	35	4	2	0	3	0	57		
PAN	SP	SAO PAULO	100	18	4	4	1	4	69	0		
SOCIETE GENERALE	SP	SAO PAULO	100	88	1	3	0	7	1	0		
SOFISA	SP	SAO PAULO	100	72	6	5	4	13	0	0		
BIC	SP	SAO PAULO	100	41	11	17	2	16	0	13		
ABC-BRASIL	SP	SAO PAULO	100	41	6	5	1	13	0	34		
JOHN DEERE	SP	INDAIATUBA	100	13	50	11	5	22	0	0		
FATOR	SP	SAO PAULO	100	70	30	0	0	0	0	0		
PINE	SP	SAO PAULO	100	63	5	7	0	12	0	12		
SOCOPA	SP	SAO PAULO	100	70	13	3	0	14	1	0		
VR	SP	BARUERI	SP	SAO PAULO	100	54	22	3	1	14	0	6
INDUSVAL	SP	SAO PAULO	100	70	9	3	11	6	0	0	6	
INDUSTRIAL DO BRASIL	SP	SAO PAULO	100	48	7	16	4	19	1	6	6	
VOTORANTIM	SP	SAO PAULO	100	82	9	6	0	3	0	0	0	
CREDIT AGRICOLE	SP	SAO PAULO	100	88	0	10	0	2	0	0	0	
ING	SP	SAO PAULO	100	62	3	1	0	0	0	30	0	
DEUTSCHE	SP	SAO PAULO	100	100	0	0	0	0	0	0	0	
BOFA MERRILL LYNCH	SP	SAO PAULO	100	55	7	14	3	20	0	0	0	
MERCEDES-BENZ	SP	SAO PAULO	100	57	12	10	4	16	1	0	0	
ALFA	SP	SAO PAULO	100	41	12	15	4	29	0	0	0	
FSA FINANCE	SP	SAO PAULO	100	2	1	1	0	1	95	0	0	
HONDA	SP	SAO PAULO	100	90	2	0	5	3	0	0	0	
MORGAN STANLEY	SP	SAO PAULO	100	57	8	11	3	16	4	0	0	
RENDIMENTO	SP	SAO PAULO	100	72	6	11	6	4	0	1	0	
BNP PARIBAS	SP	SAO PAULO	100	57	8	11	3	16	4	0	0	
NIZUHO	SP	SAO PAULO	100	72	6	11	6	4	0	1	0	
GOLDMAN SACHS	SP	SAO PAULO	100	70	13	3	0	14	1	0	0	
CONFIDENCE	SP	BARUERI	SP	SAO PAULO	100	100	0	0	0	0	0	
BARCLAYS	SP	SAO PAULO	100	100	0	0	0	0	0	0	0	
BEXS	SP	SAO PAULO	100	100	0	0	0	0	0	0	0	
WESTERN UNION	SP	SAO PAULO	100	55	25	10	3	6	0	0	0	
ORIGINAL	SP	SAO PAULO	100	64	5	15	0	15	0	0	0	
CAIXA GERAL	SP	SAO PAULO	100	100	0	0	0	0	0	0	0	
BR PARTNERS	SP	SAO PAULO	100	100	0	0	0	0	0	0	0	
UBS	SP	SAO PAULO	100	58	5	8	4	21	3	0	0	
OURINVEST	SP	SAO PAULO	100	59	5	0	0	35	0	0	0	
ANDBANK	SP	BARUERI	SP	SAO PAULO	100	98	1	0	0	0	0	
BCO RIBEIRAO PRETO S.A.	SP	RIBEIRAO PRETO	100	98	1	0	0	0	0	0	0	
BANCO BMBFBOVESPA	SP	SAO PAULO	100	36	46	10	0	8	0	0	0	
BCO RABOBANK INTL BRASIL S.A.	SP	SAO PAULO	100	94	0	0	0	37	0	0	0	
BCO KEB DO BRASIL SA	SP	SAO PAULO	100	38	10	14	11	27	0	0	0	
BCO CATERPILLAR S.A.	SP	SAO PAULO	100	39	14	21	9	17	0	0	0	
BCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	SP	SAO PAULO	100	58	12	1	0	29	0	0	0	
BCO ABN AMRO S.A.	SP	SAO PAULO	100	29	39	28	0	3	0	0	0	
BCO CARGILL S.A.	SP	SAO PAULO	100	100	0	0	0	0	0	0	0	
BANCO INBURSA DE INVESTIMENTOS S.A.	SP	SAO PAULO	100	58	7	9	3	8	15	0	0	
BCO KDB BRASIL S.A.	SP	SAO PAULO	100	37	11	27	14	10	1	0	0	
BCO CSF S.A.	SP	SAO PAULO	100	57	1	5	0	37	0	0	0	
NATIXIS BRASIL S.A. BM	SP	SAO PAULO	100	36	11	9	4	40	0	0	0	
BCO YAMAHA MOTOR S.A.	SP	GUARULHOS	100	57	1	27	14	10	1	0	0	
BCO DA CHINA BRASIL S.A.	SP	SAO PAULO	100	36	11	9	4	40	0	0	0	
SCANIA BCO S.A.	SP	SAO PAULO	100	36	11	9	4	40	0	0	0	
STANDARD CHARTERED BI S.A.	SP	SAO PAULO	100	82	2	1	1	14	0	0	0	
BCO WOORI BANK DO BRASIL S.A.	SP	SAO PAULO	100	51	0	0	0	37	0	0	0	
ICBC DO BRASIL S.A.	SP	SAO PAULO	100	75	6	0	0	19	0	0	0	
SCOTIABANK BRASIL	SP	SAO PAULO	100	67	9	0	0	24	0	0	0	
BCO LA NACION ARGENTINA	SP	SAO PAULO	100	100	0	0	0	0	0	0	0	
BCO INDUSCRED DE INVESTIM. S/A	SP	SAO PAULO	100	35	20	17	17	11	0	0	0	
BCO RODOBENS S.A.	SP	BARUERI	SP	SAO PAULO	100	74	2	6	16	1	0	0
BCO COMMERCIAL INV. TRUST S.A.	SP	SAO PAULO	100	71	0	0	0	29	0	0	0	
BCO LA PROVINCIA B AIRES BCE	SP	SAO PAULO	100	61	0	39	0	0	0	0	0	
BBVA BRASIL BI S.A.	SP	SAO PAULO	100	61	0	39	0	0	0	0	0	
BCO REP ORIENTAL URUGUAY BCE	SP	SAO PAULO	100	100	0	0	0	0	0	0	0	
INTESA SANPAOLO BRASIL S.A. BM	SP	SAO PAULO	100	90	8	0	0	2	0	0	0	
BCO TRICURY S.A.	SP	SAO PAULO	100	45	11	16	1	12	0	0	16	
BCO FIBRA S.A.	SP	SAO PAULO	100	44	9	19	6	22	0	0	0	
BCO VOLKSWAGEN S.A.	SP	SAO PAULO	100	82	9	7	0	2	0	0	0	
BCO LUSO BRASILEIRO S.A.	SP	SAO PAULO	100	41	11	21	8	19	0	0	0	
BCO GMAC S.A.	SP	SAO PAULO	100	79	14	4	1	2	0	0	0	
BCO TOKYO-MITSUBISHI UFJ S.A.	SP	SAO PAULO	100	35	0	6	5	2	0	52	0	
BCO SUMITOMO MITSUI BRASIL S.A.	SP	SAO PAULO	100	88	0	10	0	2	0	0	0	
BNP BRASIL BM S.A.	SP	SAO PAULO	100	84	0	2	1	8	6	0	0	
BCO FICSA S.A.	SP	SAO PAULO	100	49	11	19	5	15	1	1	1	
BCO DAYCOVAL S.A.	SP	SAO PAULO	100	37	12	15	7	30	0	0	0	
1000 FORD S.A.	SP	SAO PAULO	100	43	6	9	3	11	2	26	0	
ESTADO DE SAO PAULO			100	43	6	9	3	11	2	26	0	

Novamente, o que é relevante não é esse “grau de bairrismo”, mas sim o desempenho nacional dos membros do BBICS. Além deles, é importante verificar que o BNDES destina 61% ao Sudeste, 11% ao Nordeste, 9% ao Centro-Oeste, 7% ao Sul e 2% ao Norte. Outros bancos públicos federais, embora sediados no Distrito Federal, têm uma atuação nacional, pois nos casos do Banco do Brasil e da Caixa concedem, respectivamente, 47% e 50% no Sudeste, 17% e 18% no Sul, 11% e 16% no Nordeste, 11% e 12% no Centro-

Oeste, 4% e 4% no Norte. O BB concede 10% ao exterior, provavelmente para empresas exportadoras brasileiras ou importadoras estrangeiras de produtos nacionais.

Por sua vez, os membros privados do BBICS não são “bairristas”, exceto o estrangeiro Santander, que concentra 55% no Sudeste (que corresponde ao percentual o PIB da região), mas isso deve ser por causa da aquisição da rede de agências do antigo Banespa, banco do governo paulista com quase a totalidade da rede de suas agências localizada no Estado de São Paulo. Já o Bradesco e o Itaú concedem, respectivamente, 39% e 38% ao Sudeste e 30% e 38% ao exterior. Não são bairristas nem xenófobos – quem manifesta aversão, desconfiança ou temor por pessoas estranhas ao seu meio ou cultura, ou pelo que é incomum ou vem de fora do país.

Dessas constatações se deduz não só que o grupo do BBICS, com a exceção do Santander, tem escala nacional, isto é, suas operações de crédito alcançam todo o território nacional. Eles não têm “preferências pela liquidez diferenciadas de acordo cada Estado ou Região”, como raciocinam os pós-keynesianos. Na verdade, a oferta de crédito atende à demanda propiciada pelo crescimento econômico de cada região.

Aparentemente, “a demanda dirige a oferta de crédito”, pois no total da carteira de crédito ativa por região geográfica, desconsiderando a “região não informada” e o “crédito ao exterior”, os percentuais dela são muito próximos dos percentuais regionais do PIB em 2013 (último ano de cálculo das Contas Regionais). No caso do Sudeste é igual: 55% de PIB e de crédito; no Centro-Oeste, respectivamente, 9% e 11%; no Sul, 17% e 18%; no Nordeste, 14% e 13%; no Norte, 5% e 4%.

Quando observamos a mesma carteira por tipo de controle acionário (Quadro 16), os públicos tinham *Market share* de 49%, em setembro de 2015, os privados nacionais 37% e os estrangeiros 14%. Mas os destinos do crédito de cada qual eram muito distintos. Ao exterior, 76% eram concedidos por privados nacionais. No território nacional, os bancos públicos predominavam em todas as regiões: Sudeste (53%), Centro-Oeste (61%), Nordeste (60%), Norte (57%) e Sul (55%). Em outras palavras, suas atuações em crédito não levaram ao agravamento da concentração regional do PIB, como os analistas pós-keynesianos previam como efeito das decisões de crédito supostamente orientadas por preferência pela liquidez.

Quadro 16

Carteira de crédito ativa - por região geográfica									
Tipo de controle acionário	Total Geral	Sudeste	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sul	Não Inf.	Exterior	
0 - Não classificado	19.167	58	0	0	9	19.075	26	0	
% de Não classificado	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
1 - Público	1.825.715.240	906.219.486	200.148.934	235.966.304	63.858.709	306.391.330	42.833.076	70.297.397	
% de Público	100	50	11	13	3	17	2	4	
2 - Privado Nacional	1.387.051.460	521.259.779	79.776.766	112.617.732	34.830.354	172.007.124	38.141.973	428.417.721	
% de Privado Nacional	100	38	6	8	3	12	3	31	
3 - Privado Estrangeiro	523.060.898	268.425.051	44.959.000	46.317.920	13.546.328	76.293.589	7.634.936	65.884.081	
% de Privado Estrangeiro	100	51	9	9	3	15	1	13	
% de Privado Estrangeiro	14,00%	15,83%	13,84%	11,73%	12,07%	13,75%	8,62%	11,67%	
4 - Total	3.735.827.598	1.695.904.316	324.884.700	394.901.956	112.235.391	554.692.043	88.609.985	564.599.199	
	100	45	9	11	3	15	2	15	

Data-base: Setembro 2015 - SCR processado até: 30/11/2015  
Valores monetários em R\$ mil

Então, uma abordagem *institucionalista* (por origem de capital) e *estruturalista* (por características socioeconômicas) parece dar melhores explicações para o crédito destinado por região demográfica. Por exemplo, o próximo Quadro XXXIV, obtido na *Nota para Imprensa – Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro* (divulgada pelo Banco Central do Brasil em 24/02/16), aponta que em todas as regiões, exceto Sudeste, o crédito às Pessoas Físicas foi superior ao concedido às Pessoas Jurídicas. Entretanto, este representava 53% do crédito total, ou seja, só a demanda de crédito por parte de Pessoa Jurídica no Sudeste representou 33% do saldo do total em dezembro de 2015.

Quadro XXXIV – Crédito do sistema financeiro – Por região geográfica																	
Saldo das operações superiores a R\$1 mil																	
Período		Região Norte			Região Nordeste			Região Centro-Oeste			Região Sudeste			Região Sul			em %
		PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	
2013	Dez	1,8	2,2	3,9	6,4	7,0	13,5	4,4	5,6	10,0	31,9	22,3	54,2	9,2	9,2	18,4	
2.014	Dez	1,6	2,2	3,9	5,8	7,2	13,1	4,6	5,8	10,4	32,2	22,2	54,4	8,8	9,5	18,3	
2.015	Jan	1,6	2,2	3,8	5,8	7,3	13,1	4,5	5,9	10,4	32,0	22,4	54,4	8,7	9,6	18,2	
	Fev	1,6	2,2	3,8	5,8	7,3	13,1	4,6	5,9	10,5	32,1	22,3	54,4	8,7	9,5	18,2	
	Mar	1,6	2,2	3,8	5,8	7,3	13,1	4,6	5,9	10,5	32,2	22,3	54,5	8,6	9,5	18,1	
	Abr	1,6	2,3	3,8	5,7	7,3	13,0	4,6	5,9	10,5	32,2	22,3	54,6	8,6	9,5	18,1	
	Mai	1,5	2,3	3,8	5,7	7,3	13,0	4,6	5,9	10,5	32,3	22,3	54,6	8,5	9,5	18,1	
	Jun	1,5	2,3	3,8	5,6	7,4	12,9	4,6	5,9	10,5	32,4	22,3	54,8	8,5	9,5	18,0	
	Jul	1,5	2,3	3,8	5,6	7,4	13,0	4,6	5,9	10,5	32,5	22,4	54,8	8,4	9,4	17,8	
	Ago	1,5	2,3	3,8	5,6	7,4	13,0	4,6	6,0	10,5	32,6	22,3	54,9	8,3	9,5	17,8	
	Set	1,5	2,3	3,8	5,5	7,4	12,9	4,6	6,0	10,5	32,9	22,1	55,0	8,3	9,5	17,8	
	Out	1,5	2,3	3,8	5,5	7,4	12,9	4,6	6,0	10,6	32,8	22,2	55,0	8,2	9,5	17,8	
	Nov	-	1,5	2,3	3,8	5,4	7,4	12,9	4,6	6,0	10,6	32,8	22,2	55,0	8,2	9,5	17,7
	Dez	-	1,5	2,3	3,8	5,5	7,4	12,9	4,6	6,0	10,6	33,1	22,0	55,1	8,2	9,5	17,7

Mais surpreendente, para quem se fiou nas predições das análises pós-keynesianas da década passada, é que, a partir do Quadro 17, elaborado por mim a partir de informações do Banco Central e das Contas Regionais do IBGE, verifica-se que, de 2004 a 2013, *as relações crédito / PIB elevaram-se mais nas Grandes Regiões (exceto Norte em pontos percentuais, não em percentagem) do que no Estado de São Paulo!*

Quadro 17

Grandes Regiões / UF	Crédito / PIB de Brasil, Grandes Regiões e São Paulo (em %)										Elev. em pontos perc.
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Brasil	23	24	27	32	38	41	42	45	47	49	27
Norte	15	17	19	23	27	30	30	32	35	35	20
Nordeste	18	20	22	27	32	37	40	45	46	49	31
Sudeste	23	24	27	32	38	42	42	44	47	48	25
São Paulo	25	26	29	33	39	41	41	44	46	47	22
Sul	25	29	33	37	43	45	47	51	55	55	30
Centro-Oeste	25	27	30	34	38	39	41	45	48	54	29

Como explicar essa surpresa? Na próxima seção, esboçarei uma explicação alternativa ao enfoque pós-keynesiano para as interações entre os múltiplos componentes de um sistema financeiro complexo que promovem uma dependência de trajetória indeterminada a priori. Decisões cruciais de agentes públicos podem buscar uma regulação ou reorientação dessa trajetória.

## 5 Influência da organização do espaço geoeconômico sobre o crédito

Quanto à concentração financeira no Brasil, a maior se refere à localização da captação de passivos bancários ou de clientes para a Administração de Recursos de Terceiros por parte dos bancos. No caso das grandes fortunas, é gritante a concentração de Ativos sob Administração (AuM na sigla em inglês) por domicílio. Entre os 52.050 Grupos Econômicos, que representavam 109.894 clientes (soma dos CPFs e CNPJs) atendidos pelo *Private Banking*, na estatística consolidada da Anbima em dezembro de 2015, os moradores no Sudeste representavam 75,6%, sendo 51,7% no Estado de São Paulo. Os “sudestinos” detinham 78,2% do valor administrado (R\$ 712,5 bilhões).

Percebe-se no Quadro 18 (elaborado pela Anbima) que, embora no Sudeste seja 78% contra 55%, os percentuais do estoque de riqueza para cada uma das outras Grandes Regiões são inferiores aos dos fluxos de valores agregados sob forma do PIB regional: no Centro-Oeste: 2,6% contra 9%; no Sul, 13% contra 17%; no Nordeste, 6% contra 14%; no Norte, 0,6% contra 5%. Então, a valorização maior dos ativos financeiros ocorre no “centro”, mas em empreendimentos da “periferia” gera-se um fluxo de renda em proporção superior à do estoque de riqueza financeira lá encontrada. Talvez os grandes investidores no centro financeiro obtenham rendas, inclusive devido às propriedades imobiliárias, e lucros de empreendimentos em outros estados.

Quadro 18  
Estatística Anbima de private banking

Consolidado da Indústria (R\$ Milhões)

dezembro-15		
II - DOMICÍLIO DO CLIENTE		
<b>1 - TOTAL DE AuM POR DOMICÍLIO</b>	<b>712.480,02</b>	<b>100,0%</b>
São Paulo	402.725,80	56,5%
<i>Grande São Paulo</i>	341.191,39	47,9%
<i>Interior</i>	61.534,42	8,6%
Rio de Janeiro	<b>115.748,46</b>	<b>16,2%</b>
Minas Gerais / Espírito Santo	<b>39.012,62</b>	<b>5,5%</b>
Sul	<b>92.732,14</b>	<b>13,0%</b>
Centro-Oeste	<b>18.453,85</b>	<b>2,6%</b>
Nordeste	<b>39.773,85</b>	<b>5,6%</b>
Norte	4.035,32	0,6%
<b>3 - NÚMERO DE CLIENTES POR DOMICÍLIO ***</b>	<b>109.894</b>	<b>100,0%</b>
São Paulo	56.803,00	51,7%
<i>Grande São Paulo</i>	44.562,00	40,5%
<i>Interior</i>	12.241,00	11,1%
Rio de Janeiro	<b>16.959,00</b>	<b>15,4%</b>
Minas Gerais / Espírito Santo	<b>9.390,00</b>	<b>8,5%</b>
Sul	<b>12.871,00</b>	<b>11,7%</b>
Centro-Oeste	<b>5.814,00</b>	<b>5,1%</b>
Nordeste	<b>7.433,00</b>	<b>6,8%</b>
Norte	834,00	0,8%

<sup>aa</sup> Os 52.050 Grupos Econômicos (GE) são definidos conforme classificação de cada instituição.

<sup>\*\*\*</sup> O número de clientes é resultado da soma dos CPF's e CNPJ's atendidos pelo Private.

O fato é que os grandes bancos não podem deixar de centralizar suas captações financeiras na região central do País, notadamente em São Paulo, mesmo porque o *consolidado de distribuição de produtos do varejo* (R\$ 1.391,7 bilhões) concentra-se também na região Sudeste com 63,6%: São Paulo (38,5%), Rio de Janeiro (14,2%), Minas Gerais (9,3%) e Espírito Santo (1,6%). No Sul, encontra-se 17,4%; no Centro-Oeste, 5,8%; no Nordeste, 11%; e no Norte, 2,2%.

No Varejo de Média e Baixa Renda, a correspondência entre participações estaduais/regionais na riqueza e no PIB são mais próximas: SE (56,7% X 55%); S (20,9% X 17%); CO (6,2% X 9%); NE (13,5% X 14%); N

(2,8% X 5%). São menores as sobras dos fluxos de renda desses clientes que se transformam em saldos financeiros. Já no Varejo de Alta Renda, há desproporção parecida com a do *Private Banking*. Em outras palavras, a hipótese de que *a concentração locacional bancária se justifica mais pela captação do que pelas operações de crédito faz sentido, reforçando-se pela análise da concentração dos clientes por produto (Fundos de Investimento Financeiro, Títulos e Valores Mobiliários e Depósitos de Poupança).*

Os depositantes de poupança representam 86,8% do total de investidores em todos os produtos. No total do Quadro 19, a distribuição regional do número de clientes sofre a influência do peso avassalador do número de depositantes de poupança. Mesmo a Anbima desconsiderando 67 milhões clientes com saldo igual ou menor do que R\$ 100, ainda restam 62 milhões outros, dos quais 18 milhões habitam em São Paulo e quase 13 milhões no Nordeste. Sendo assim, em vez de destacar que 53% dos clientes investidores em todos os produtos do varejo moram no Sudeste, é melhor salientar que são 73% dos clientes de varejo de alta renda e 52% do varejo de média e baixa renda. Em São Paulo, habitam, respectivamente, 50% e 29%. Justifica-se assim a localização das sedes e dos principais negócios dos grandes bancos privados.

Quadro 19

ANBIMA » Varejo   Estatísticas										
Consolidado de Distribuição de Produtos do Varejo										
Número de Clientes por Produto										
	TOTAL	SP	RJ	MG	ES	SUL	Centro-Oeste	Nordeste	Dez/15	
	71.628.340	21.820.833	7.155.440	7.704.352	1.318.726	11.248.461	5.243.067	13.881.128	3.256.263	
<b>TOTAL</b> <sup>(1) (2) (3) (4)</sup>	71.628.340	21.820.833	7.155.440	7.704.352	1.318.726	11.248.461	5.243.067	13.881.128	3.256.263	
Participação percentual (em %)	100	30	10	11	2	16	7	19	5	
1. FUNDOS DE INVESTIMENTO 409 / FMP <sup>(1) (2)</sup>	4.411.642	1.831.144	500.787	421.648	60.810	816.829	265.445	426.652	88.317	
Total com dupla contagem	5.142.773	2.189.006	614.234	474.396	69.088	914.705	297.096	487.507	96.741	
Dupla contagem	731.131	357.862	113.437	52.748	8.278	97.876	31.051	60.855	8.424	
2. FUNDOS ESTRUTURADOS / ETFs	68.156	32.971	12.300	4.386	1.265	9.515	3.051	4.090	578	
3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.968.293	1.914.364	527.381	496.187	69.890	950.558	389.244	504.426	116.243	
4. POUPANÇA <sup>(2)</sup>	62.180.249	18.042.354	6.114.962	6.782.161	1.186.761	9.471.579	4.595.327	12.945.960	3.051.145	
Fundos de Ações - 157 <sup>(2)</sup>	3.007.084									
Poupança (Saldo <= R\$ 100,00) <sup>(2)</sup>	67.415.660									
<b>VAREJO</b> <sup>(1) (2) (3) (4)</sup>	66.983.725	19.280.054	6.402.987	7.349.335	1.268.926	10.681.432	4.946.225	13.473.648	3.181.118	
Participação percentual (em %)	100	29	10	11	2	16	7	20	5	
<b>VAREJO ALTA RENDA</b> <sup>(1) (2) (3) (4)</sup>	5.944.615	2.540.779	752.453	355.047	49.800	567.049	296.842	407.480	75.165	
Participação percentual (em %)	100	50	15	7	1	11	6	8	1	



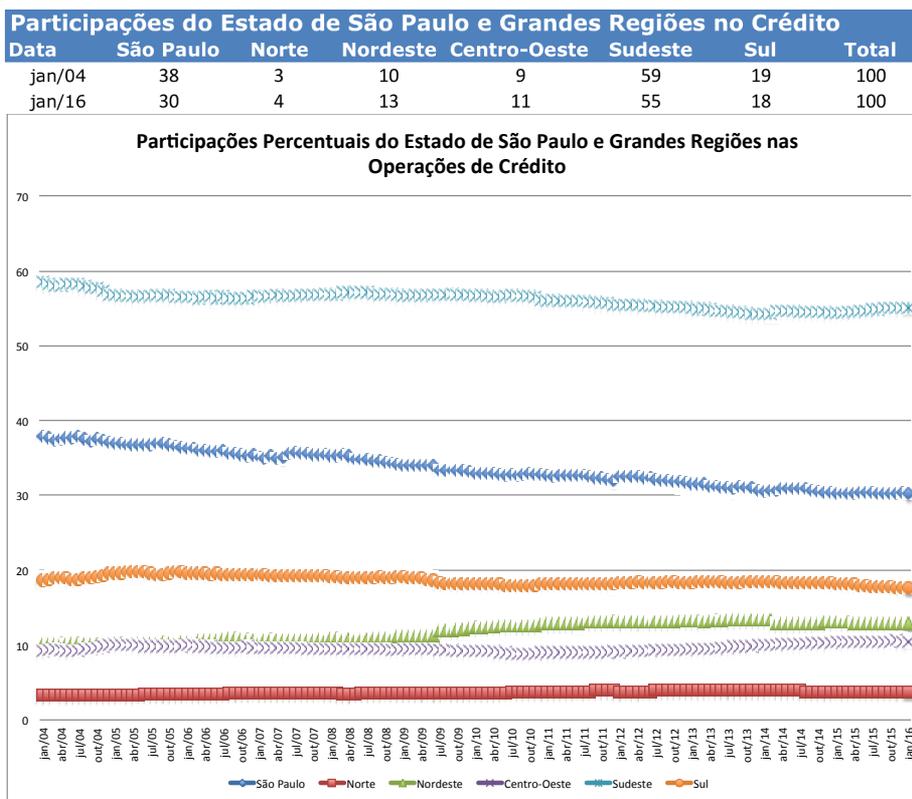
\* Não incluem as informações oriundas do Decreto Lei 157.

\*\* Não incluem as informações dos clientes que possuem até R\$ 100,00 aplicados na poupança.

\*\*\* Consideram as informações dos clientes que possuem menos que R\$ 100,00 aplicados na poupança.

Para concluir esta análise empírica, todos esses números parecem demonstrar a emergência de um inesperado fenômeno macroscópico a partir de decisões microscópicas ao longo de um período de 12 anos de governo com atuação social-desenvolvimentista de seus bancos federais. As interações dos diversos componentes do sistema financeiro nacional em termos tanto de empréstimos quanto de captações resultaram em algo inesperado segundo as previsões deduzidas das análises pós-keynesianas com dados do período anterior ao ano de 2004. O Quadro 20 indica *uma ligeira desconcentração regional do crédito entre o Centro e a Periferia* de janeiro de 2004 a janeiro de 2016!

Quadro 20



Fonte: Estatísticas para download em Nota para Imprensa – Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro (divulgada pelo Banco Central do Brasil em 24/02/16) – elab. por FNC.

### Conclusão: crítica construtiva

Apresentei fatos e dados em defesa da tese de que “a organização do espaço geoeconômico brasileiro influenciou o crédito, recentemente, e não ao contrário”. Analistas pós-keynesianos esperavam um processo cumulativo de realimentação da concentração econômica regional, devido à centralização financeira ocorrida entre 1995-2002 por causa de crise bancária, privatização de bancos estaduais, desnacionalização de bancos, e a reestruturação patrimonial dos bancos públicos federais, tendo como contrapartida eles adotarem uma ótica pró-mercado.

Argumentei que essa predição não ocorreu. A desigualdade regional em riqueza financeira pessoal e corporativa determinou a escolha das sedes dos

bancos particulares. Porém, a busca de correção dessa desigualdade socioeconômica, entre outras políticas públicas, por meio de transferência de renda compensatória, elevação real do salário mínimo e investimentos em infraestrutura e logística, influenciaram o direcionamento do crédito dos bancos públicos federais após 2003.

Os maiores bancos privados, em termos de escala nacional, com oferta de recursos livres, isto é, não direcionados a priori, responderam à demanda efetiva por crédito. Esta cresceu na região periférica com a ampliação do mercado consumidor interno resultante de políticas públicas.

Em síntese, os pós-keynesianos, devido à teoria da preferência pela liquidez dos bancos, esperavam uma dependência de trajetória com retroalimentação que desigualaria ainda mais as rendas regionais. Porém, inovações como políticas públicas progressistas buscaram contrapor-se a essa trajetória de concentração de renda regional perversa socialmente.

Elas não conseguem determinar, de maneira irreversível, o fim do processo de desigualdade regional. Isto porque depende da manutenção da frágil democracia brasileira a continuidade das políticas sociais ativas que repercutem em ampliação do mercado interno, tanto de consumo, quanto de financiamento.

Para o provocar o debate, testei e falseei a hipótese pós-keynesiana de que sua teoria mono econômica sobre bancos é atemporal e onipresente, isto é, sempre válida em todos os lugares. Para a crítica ser construtiva, colocando uma análise alternativa em seu lugar, em nível de abstração menor, destaquei as características institucionalistas (origens do capital ou tipos de controle acionário) dos bancos como influentes em seus desempenhos. Deduzi a ideia de que, no Brasil, nem todos os bancos são orientados por expectativas em relação ao mercado ou, nos termos fundamentalistas, por “preferência pela liquidez”. Mais da metade do mercado de crédito brasileiro tem sido orientado por políticas públicas contra as expectativas pessimistas.

## **Bibliografia**

AMADO, Adriana. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 417- 440, set./dez. 1997.

AMADO, Adriana. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 1 (69), jan./mar. 1998. Dow (1982, 1987).

BLAUG, Mark. *A metodologia da economia ou como os economistas explicam*. São Paulo: EDUSP, 1993 (original de 1980).

CAVALCANTE, Anderson; CROCCO, Marco; JAYME JÚNIOR, Frederico Gonzaga. *Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional*. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2004.

COSTA, Fernando Nogueira da. (Im)propriedades da moeda. *Revista de Economia Política* (Impresso), São Paulo, v. 13, n. 2, p. 61-75, 1993.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos bancos*. São Paulo: Edusp, 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da; PINTO, Gabriel Musso de Almeida. *Impactos da pressão para concorrência bancária no mercado de crédito brasileiro*. Campinas: Unicamp. IE, fev. 2013. (Texto para Discussão, n. 215).

COSTA, Fernando Nogueira da. *Atuação anticíclica dos bancos públicos brasileiros*. Campinas: Unicamp. IE, set. 2015. (Texto para Discussão, n. 258).

CROCCO, M. [et al]. *Desenvolvimento econômico, preferência pela liquidez e acesso bancário: um estudo de caso*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. (Texto para Discussão, n. 192).

CROCCO, M. O financiamento do desenvolvimento regional no Brasil: diagnósticos e propostas. *Agenda Brasil*, p. 297-332, 2004a.

CROCCO, M. [et al]. *Liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brazil*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004b. (Texto para discussão).

CROCCO, M. et. al. The behaviour of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brazil. *Journal of Post Keynesian Economics*, Nova York, v. 28, n. 2, p. 217-240, 2005.

CROCCO, Marco; FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna. *Differentiated bank strategies across the territory: an exploratory analysis*. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2009.

DIXON, R.; THIRLWALL, A. P. A Model of regional growth-rate differences on Kaldorian lines. *Oxford Economic Papers*, Jul. 1975.

DOW, Scheila. The stages of banking development and the spatial evolution of financial systems. In: MARTIN, Ron (Ed.). *Money and the space economy*. London: Willey, 1998.

DOW, S. C.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. EMU and the regional impact of monetary policy. *Regional Studies*, v. 37, n. 9, p. 969-980, Dec. 2003.

DOW, S. C.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. Regional finance: a survey. *Regional Studies*, v. 31, n. 9, p. 903-920, 1997.

DOW, S. C. *Money and the economic process*. Cheltenham: Edward Elgar, 1993.

FERNANDES, Melissa; CROCCO, Marco; SANCHES, Elisângela; AMADO, Adriana. Sistema financeiro e desenvolvimento regional: notas exploratórias. In: SISTEMA financeiro: uma análise do sistema bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FREITAS, Ana Paula Gonçalves de; DE PAULA, Luiz Fernando Rodrigues. Concentração regional do crédito e consolidação bancária no Brasil: uma análise pós-Real. *Revista Economia*, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 97-23, jan./abr. 2010.

JAYME JÚNIOR, Frederico Gonzaga; CROCCO, Marco. *Política fiscal, disponibilidade de crédito e financiamento de políticas regionais no Brasil*. Belo Horizonte: Face-Cedeplar-UFMG, maio 2005.

JAYME JR., F. G.; CROCCO, M. (Org.). *Bancos públicos e desenvolvimento*. Brasília, DF: Ipea, 2010, p. 105-150.

KALDOR, N. Causes of the slow rate of economic growth of The United Kingdom. In: KING, J. E. *Economic growth in theory and practice: a Kaldorian perspective*. Cambridge: Edward Elgar, 1966, p. 279-318.

MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. Avaliação das condições de financiamento do desenvolvimento regional: notas preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11, Salvador, 2005.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

RODRIGUEZ-FUENTES, C. J. Credit availability and regional development. *Papers in Regional Science*, v. 77, 1, p. 63-75, 1998.

RODRIGUEZ-FUENTES, C. J. *Regional monetary policy*. Routledge, Abingdon, 2006.

SICSÚ, João; CROCCO, Marco. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. *Economia*, Niterói, v. 4, n. 1, p. 85-112, jan./jun. 2003.

TORRES, Haroldo da Gama. Sedes dos grandes grupos econômicos: relevância para as metrópoles brasileiras. 1ª. *Análise Seade*, São Paulo: n. 12, mar. 2014.